

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 29 de abril de 2025**

Aos **vinte e nove** dias do mês de abril, do ano dois mil e vinte e cinco, pelas **vinte e uma horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão ordinária**, na sala das sessões, no edifício sede dos paços do Município de Almodôvar, sob a presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 1ª secretária e **Alexandre Guerreiro Figueiredo** como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PS:** Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, António Manuel Horta Fontinha, Maria Cristina Martins Brás Germano, João Manuel dos Santos Romba Guerreiro, Marília da Conceição Guerreiro, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Helena Isabel Teixeira Barão, Sandrina Madeira Casimiro, o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves. -----

**Eleitos pelo PSD:** Vítor Manuel Libânio Afonso, Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Bernardo Pereira Delgado. -----

**Faltaram à sessão**, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS) e Ruben Miguel Fernandes Guerreiro (PSD), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 18.º do Regimento, pelos deputados suplentes, o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS) e Bernardo Pereira Delgado (PSD), respetivamente. -----

Estiveram também **AUSENTES**, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS) e Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco (PSD), que **não justificaram** a sua ausência, não tendo, por isso, sido possível a sua substituição.-----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a **Senhora Vice-Presidente**, Ana Manuela de Jesus Guerreiro do Carmo (PS) e os **Senhores Vereadores**, João de Deus Lopes Pereira (PS), Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD).-----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento;-----

**A.1 - Intervenção dos Municípes;**-----

**A.2 - Esclarecimentos.**-----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :**-----

**B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas;**-----

**B.2 - Votação da ata n.º 26, de 21 de fevereiro de 2025 - (quadriénio 2021/2025);** --

**B.3** - Leitura de expediente; -----  
**B.4** - Intervenções. -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**C.1** - Apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas de 2024, Relatório de Gestão e demais documentos financeiros que a integram;-----

**C.2** - Apreciação e deliberação sobre a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2025;-----

**C.3** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de aumento de capital e alteração aos Estatutos relativos à RESIALENTEJO, E.I.M.;-----

**C.4** - Apreciação e deliberação sobre a proposta de aprovação da Carta Educativa de Almodôvar;-----

**C.5** - Apreciação e deliberação sobre a proposta de adesão do Município de Almodôvar à Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES);-----

**C.6** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento do funcionamento dos Museus e Espaços Museológicos que se encontrem sob a responsabilidade do Município de Almodôvar;-----

**C.7** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Almodôvar;-----

**C.8** - Conhecimento ao Executivo sobre Relatório final do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires;-----

**C.9** - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação;-----

**C.10** - Conhecimento ao Executivo sobre a entrada em vigor do Regulamento Interno de Segurança dos Sistemas de Informação;-----

**C.11** - Conhecimento do Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição;-----

**C.12** - Apreciação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ- Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Almodôvar, reportado a 2024;-----

**C.13** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

**C.14** - Aprovação da ata em minuta. -----

O **Presidente da Assembleia** começou por dizer que é um prazer receber todos os presentes em mais uma sessão da Assembleia Municipal. -----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:** -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado**. -----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :** -----

**B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:** -----

**AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:**-----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **dois pedidos** de ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de

Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS), e Ruben Miguel Fernandes Guerreiro (PSD), quem aceitou substituir os deputados municipais, durante esta sessão, foram o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), e o deputado Bernardo Pereira Delgado (PSD), respetivamente.

Mais informou que a substituição do Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões se fez ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento, e a substituição do deputado Ruben Miguel Fernandes Guerreiro se fez ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento.-----

**A Mesa justificou as respetivas faltas.** -----

Estiveram também **AUSENTES**, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS) e Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco (PSD), que **não justificaram** a sua ausência, não tendo, por isso, sido possível a sua substituição.-----

**A Mesa aguarda a respetiva justificação.** -----

**B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 26, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025 - (QUADRIÉNIO 2021/2025):** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 26 da sessão ordinária realizada no dia 21 de fevereiro de 2025 (quadriénio de 2021/2025). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 26 da sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025 (quadriénio de 2021/2025), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 19 votos a favor** (PS/PSD), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

**B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE:** -----

Sobre este Ponto, o **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros, está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

**B.4 - INTERVENÇÕES:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e de imediato abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados João Guerreiro, Ana Guerreiro, e Bernardo Delgado. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado João Guerreiro**, que referiu o seguinte: -----

Com alguma frequência o executivo da Câmara tem sido acusado de gerir mal os dinheiros públicos no que diz respeito à aquisição do terreno para a instalação do parque empresarial de Gomes Aires. Antes de mais dizer que na sua opinião a área empresarial de Gomes Aires depois de cumpridas as várias etapas para a instalação de empresas tem tudo para ser um sucesso, leva apenas, na sua maneira de ver, muitos anos de atraso, podia ter sido feita antes de ter sido concluída a área de acolhimento empresarial de São Bartolomeu de Messines, que acolheu empresas que poderiam estar

instaladas no concelho de Almodôvar há anos, temos que reconhecer que este foi de facto uma oportunidade perdida. Tem naturalmente a sua opinião sobre este assunto, no entanto, não quis opinar sem informar sobre esta e outras aquisições de terrenos feita ao longo do tempo pelos sucessivos executivos da Câmara. Pode adiantar no entanto que, na sua opinião, todos eles foram feitos com intuito de criar desenvolvimento para Almodôvar e para o seu concelho, acredita que quem esteve à frente da Câmara e deu sequência a estes negócios não o fez para delapidar os dinheiros públicos mas sim para criar desenvolvimento. Para esta sua intervenção pediu aos serviços da Câmara que lhe facultassem a lista dos terrenos que a Câmara negociou desde 2002 e, na sua análise, verifica que há elementos de comparações muito interessantes que podemos fazer. -----

Como os Senhores deputados sabem este executivo comprou terreno para a instalação do parque empresarial por um preço de 3,33€/m<sup>2</sup>, ora há precisamente 23 anos, era na altura o Senhor Presidente Ribeiro, comprou a parcela do terreno para ampliação do loteamento industrial por 3,50€/m<sup>2</sup>.-----

Realça aqui o espaço temporal decorrido entre uma aquisição e a outra parcela de terreno. -----

A parcela de terreno do Monte da Vinha para o campo de futebol, também há 23 anos, foi adquirida por 3,62€/m<sup>2</sup>. Outra parcela de terreno denominada “Corte Zorrinho” para construção da ETAR, sendo então Presidente o Senhor António Sebastião, comprado por 3,83€/m<sup>2</sup>, há 22 anos. Mais um caso, o prédio misto destinado à bolsa denominado “Mártir e Santo”, sendo também Presidente o Senhor António Sebastião, foi adquirida por 15,6€/m<sup>2</sup>. O prédio misto denominado “Mártir e Santo” composto por casa de habitação e parcela de terreno de cultura junto ao Centro de Saúde e Centro Comercial e de Transportes, também sendo o Senhor Presidente António Sebastião, ficou por 37,96€/m<sup>2</sup>, há 14 anos. Outro caso foi a parcela de terreno junto à Cerca do Convento com 900 m<sup>2</sup> adquirido pelo Senhor Presidente António Bota por 4,2€/m<sup>2</sup>. Também já neste mandato foram adquiridas parcelas de terreno denominadas “lote 21 da Cerca da Presença” por 44,00€/m<sup>2</sup> e antigo cemitério de Almodôvar por 39,00€/m<sup>2</sup>.-----

Em resposta a estes dados que deixa para análise de cada um, quer contudo colocar duas questões para não se pôr em causa a compra do lote 21, comprado com o objetivo de criar uma passagem direta entre a Cerca da Presença I e a Cerca da Presença II por 44,00€/m<sup>2</sup> e se aponta como despesista a compra do terreno para a instalação do parque industrial de Gomes Aires por 3,33€/m<sup>2</sup>. -----

Outra comparação interessante que se pode ser feita e tiradas as devidas conclusões, foi entre o valor do terreno comprado em 2011 pelo Senhor Presidente na altura, António Sebastião, por 37,96€/m<sup>2</sup> quando passados 8 anos se comprou um terreno adjacente por apenas mais 1,04€/m<sup>2</sup>. -----

Conclui, que na sua ótica, a compra do terreno para a área industrial de Gomes Aires não está de fora de todo do contexto das compras que têm sido feitas desde 2002, logo não percebe como se pode falar de má gestão de dinheiros públicos, neste caso, sem falar de outros tantos. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra a **deputada Ana Guerreiro**, referiu que em relação à intervenção do deputado João Guerreiro irão analisar melhor e pesquisar mas a opinião da sua bancada já foi dada muitas vezes na Assembleia. -----

Neste momento está aqui para falar sobre uma recomendação para o executivo que deve ter uma particular atenção com as intervenções a realizar no que diz respeito às medidas de prevenção em relação à próxima época de incêndios florestais, pois tivemos um inverno muito chuvoso temos muitas ervas, temos muito material para incêndio e devemos ter em atenção, já neste momento, o mais rapidamente possível. Para a sua bancada é muito importante que a limpeza das bermas seja reforçada e que todas as outras medidas com o mesmo objetivo sejam de algum modo realizadas com todo o

cuidado e atenção e desde já. É melhor prevenir do que remediar, é necessário que a nossa brigada de sapadores florestais tenha indicações para intervir corretamente nas situações preventivas prioritárias e que se elimine possíveis focos de maior perigosidade para a proteção do nosso concelho. Deve, no entender da sua bancada, ser realizada uma boa campanha de sensibilização, junto das populações, com o cuidado a ter no que diz respeito à prevenção de incêndios florestais. A colaboração com outras entidades é particularmente importante e deve ser mais vincada neste momento, a partir já do mês de maio, nomeadamente com a GNR e também com os Bombeiros de Almodôvar. Chamam igualmente a atenção para que nos aglomerados urbanos, vila de Almodôvar e aldeias, procedam a uma limpeza geral tendo em atenção a invasão de erva por tudo que é sítio, bem como limpeza de pavimentos de vários tipos de resíduos e também, nomeadamente, a lavagem de contentores e lavagem dos locais onde esses contentores se encontram de uma forma mais contínua, pois com o aumento do calor que vai iniciar, nós sabemos que passamos de uma temperatura mais baixa para temperatura mais altas e, neste momento, estamos em termos de ambiente com extremos muito evidentes e devemos ter em atenção isso mesmo. -----

Outra coisa que já reforçaram e voltam a reforçar é em relação às ruas das aldeias e ruas de Almodôvar que estão completamente cheias de buracos, acha que também devemos ter em atenção isso, mesmo para que haja também prevenção de acidentes quer das pessoas em termos pedonais como os carros. -----

For último, interveio ao **deputado Bernardo Delgado** que começou por dizer que antes de mais não tenhamos a ousadia de comparar terrenos inseridos naquilo que é o perímetro urbano da vila de Almodôvar com terrenos muito distantes e com potencialidades também muito diferentes. -----

Na sequência daquilo que são as intervenções do Senhor Presidente da Câmara feitas perante este órgão, Assembleia Municipal, e também declarações proferida em diferentes meios de comunicação escrita e falada sobre diversos investimentos importantes para o concelho, a bancada municipal do PSD solicita os seguintes esclarecimentos:-----

1.º - Em que ponto se encontra a requalificação da nossa escola secundária, mais uma vez;-----

2.º - Em que ponto se encontra a obra de construção de infraestruturas do célebre loteamento empresarial de Gomes Aires; -----

3.º - Em que ponto está o arranque das obras da construção da Creche Municipal; ----

4.º - Em que ponto está a requalificação do espaço da Rua do Algarve; e-----

5.º - Quando é que finalmente começam as obras de requalificação do espaço exterior da escola primária de Santa Clara. -----

Sobre outro assunto, gostava ainda de chamar a atenção para o campo sito no Monte Rei, que sofreu intervenções à relativamente pouco tempo, pensa que há cerca de um ano, e denota já algum mau estado.-----

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, começou por agradecer ao eleito João Guerreiro, considerando que fez uma análise excecional, com interesse pelo caso, comparando terrenos de fora de Almodôvar com terrenos dentro do centro urbano. Acha que foi benéfica para todos nós, pensa que assim possamos ver diferenças sem julgar ninguém, a ideia não é julgar, exatadamente porque não se pode comparar terrenos comprados há um ano com terrenos comprados há 20 mas, termos uma noção dos custos e dos valores aproximados e podermos usar como referência esses valores ainda que os preços variam de ano para ano de localização para localização. Não vai falar mais sobre o loteamento de Gomes Aires, acha que é perda de tempo, acha que é de quem não tem mais para fazer, já falamos o suficiente é um projeto que vai para a frente. Quando responder aqui ao eleito Bernardo mencionará em que ponto é que está, de qualquer das maneiras, acha que foi uma excelente compra tendo em conta o objetivo que nós

temos para ele e tendo em conta a vontade do crescimento de Almodôvar em termos económicos para receber empresas diversificadas. A pedra está lançada, os próximos executivos terão o trabalho de construir e dinamizar a área e pensa que serão só vantagens daqui para a frente, o que custa mais será o investimento mas certamente seremos depois compensados no futuro por mais-valias económicas e por recompensas de empregabilidade no concelho. -----

Relativamente à nossa eleita Ana Guerreiro, agradece pelas suas recomendações e julga que não deixou pergunta nenhuma portanto, também não há necessidade de responder a não ser realmente, são recomendações com lógica tendo em conta o ano bastante chuvoso que tivemos, e ainda bem, e tendo em conta que quando há chuva e há sol nasce erva e a erva é um combustível por excelência, portanto temos esse cuidado. --

Já temos as propostas preparadas para serem lançados os convites, julga que a partir do meio de maio possam estar em condições de iniciar os trabalhos de limpeza de bermas e valetas, este ano um bocadinho mais cedo do que é normal, precisamente para tentar de alguma maneira acomodar, digamos assim, esta necessidade que é mitigar ou minimizar os riscos de incendio junto das estradas. -----

Está em curso neste momento, uma operação feita por sapadores nacionais, que vieram ao serviço do Distrito de Beja, nalgumas zonas onde os nossos sapadores normalmente não conseguem chegar e isso também vai ser uma grande ajuda nomeadamente nas zonas fronteiriças e junto às margens das ribeiras. Está a ser feita pelo ICNF, o custo da Câmara é simplesmente a estadia e as refeições dessa equipa de 8 ou 9 sapadores nacionais que durante 2 a 3 semanas estão cá. Acha que esta é a última semana e além disso está previsto também um trabalho da E-redes no sentido de fazer uma faixa primária de contenção, também na nossa zona da serra de São Barnabé para minimizar os riscos. Estamos atentos, de qualquer das maneiras, obrigado pelas recomendações. -----

Deputado Bernardo muito obrigado pelas suas questões, são 6 alusões que fez. -----

Escola secundária, foi lançada há um mês e meio atrás com cerca de 6 milhões de euros, números redondos, para não estar aqui a dizer-lhe o número certo que não sabe de cor, mas cerca de 6 milhões. O processo veio devolvido por falta de propostas, foi depois foi questionado o projetista sobre a atualidade dos preços em causa, o projetista manifestou alguma necessidade de ajuste de valores, os valores foram ajustados para 6.5 milhões, números redondos, está a falar de números redondos, e o projeto está esta semana, temos 2 dias que praticamente ninguém trabalha, mas certamente segunda/terça-feira será novamente colocado em concurso público internacional, portanto este é o estado da escola secundária. Veio deserto, nada a fazer, acontece aqui e em muitos lugares, infelizmente os projetistas muitas vezes quando fazem um projeto não contabilizam os custos das distâncias a que nós estamos dos centros urbanos, ou seja, os custos que os empreiteiros têm em trazer mão-de-obra para os nossos concelhos, digo nossos os concelhos mais de interior, deslocação, estadia, refeições, pagamento de horas extras, pagamento de subsídios e isso normalmente não é contabilizado, eles só contabilizam o preço dos materiais da mão-de-obra e não contabilizam estes custos que numa obra deste género com 2 anos de intervenção é significativo. Aumentamos em meio milhão, vamos relançar e esperamos que resulte desta vez. Se resultar quem beneficia somos todos nós, as nossas crianças, se não resultar temos depois condições, a partir da 2.ª vez que o projeto vem devolvido e deserto, temos condições de convidar um empreiteiro que seja, digamos assim, fiável para nós para que possa avançar com a obra. Já tivemos uma experiência, correu como correu, a obra está feita no Campo das Eiras, não correu assim tão mal, ela veio deserta duas vezes e lançamos a obra com um convite direto, houve um custo maior que aquele que era expectável por obras ou trabalhos complementares que nós não somos responsáveis no decorrer da obra se foram encontrando, não significa que neste projeto aconteça o mesmo, porque isso tem a ver com algo que acontece no decorrer de uma obra que não está previsto no projeto,

ou falha do projetista ou necessidades que surgem no decorrer da obra e o dono da obra autoriza por uma questão de mais-valias, mas esperemos que não seja o caso. Portanto é assim que está a escola secundária. -----

Relativamente à obra de Gomes Aires o projeto está pronto, está a ser alvo neste momento de um EVF, portanto de um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, que já está pronto, aliás vem hoje aqui à nossa sessão esse projeto e depois da nossa sessão será feita a candidatura aos fundos comunitários. Não temos de momento verba disponível no orçamento da Câmara para lançar o concurso, portanto não temos os cerca de 6 milhões da obra de Gomes Aires, somente após a aceitação da nossa candidatura teremos então disponibilidade de lançar este concurso. A técnica que vamos utilizar é preparar tudo e a partir do momento que coloquemos a candidatura e como temos uma garantia da CCDR, ainda que não seja 100% fiável, de que o projeto será aprovado tendo em conta que desistimos de um outro no 20/20, existindo essa garantia de prioridade, na Câmara de Almodôvar estamos convencidos que podemos logo no início lançar a obra em concurso com alguma verba mais estendida para anos seguintes, em vez de condicionarmos mais no ano de 2025 distribuimos mais para 2026 e 2027 e assim ganhamos aqui algum tempo. -----

Creche Municipal, ou é amanhã lançado o concurso público ou é na segunda-feira, segundo informações dos nossos técnicos. O projeto da creche está todo pronto, está autorizado por todas as entidades, constituído projeto a última façanha da Creche foi ter de alterar em todas as folhas do projeto, por questões de segurança e de respeito pelos novos protocolos, passou-lhe o nome que lhe chamam agora, proteção de dados é um protocolo sobre proteção de dados, retiramos todos os dados da identificação dos projetistas e o projeto no seu global está na plataforma para ser lançado ou amanhã ou segunda-feira. Não dirá sexta-feira porque não sabe se as técnicas da contratação estão ou não a trabalhar, não se preocupou em perguntar, mas ou amanhã ou segunda-feira eventualmente está em concurso público. -----

Rua do Algarve, já esteve em concurso público, retiraram do concurso público porque não cumpria as regras do 20/30 e havia receio depois de que dentro do 20/20 não conseguíssemos terminar a obra porque faltavam praticamente 7 meses para acabar o quadro comunitário e está agora pronto para ser relançado. É uma questão de prioridade, neste momento estamos com a prioridade máxima para a Creche, a seguir à Creche é a obra da Semblana, a requalificação da extensão de saúde da Semblana, depois é a Rua do Algarve e depois é a extensão de saúde do Rosário e segue-se a Escola Secundária, portanto, nas próximas duas semanas julga ter estes 4 ou 5 projetos lançados, estão todos aprovados em reunião de Câmara, está tudo legal para serem lançados é uma questão de tempo. -----

A EB1 de Santa Clara, tem o compromisso do empreiteiro que começa na próxima segunda-feira é uma obra que foi assinado um contrato a 18 de agosto, tem vindo a ser protelada não por culpa da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal também tem culpa no cartório, ou seja, já poderiam ter cancelado o contrato, já poderiam ter lançado um novo concurso, mas tendo em conta o relacionamento sempre amigável do empreiteiro em relação à Câmara que sempre tem sido prestável com a Câmara Municipal, falamos da empresa JASFEC, fomos aguantando, fomos segurando, depois começou a chover e não havia condições de fazer a obra nem em novembro, nem em dezembro, nem janeiro e em fevereiro também choveu, em março segundo consta também não havia condições, agora que já fez tempo seco parece que as máquinas já podem ir para o recinto da escola. Deve confessar que na semana passada houve aqui uma sessão da Assembleia Municipal Jovem onde as crianças de facto se queixaram e teve que assumir a culpa da obra não estar feita, é um facto é a única escola do concelho, a única EB1 que não tem um espaço para as crianças brincarem livremente, isto afeta-o não vou dizer que não o afeta, mas, vale o que vale, é o que é, não podem mudar a realidade, esperam então que comece na segunda-feira. Se começar na segunda-feira

com um bocadinho de boa vontade os próximos meninos do ano de 2025/2026 já terão o espaço limpo, ou pelo menos quase limpo, para poderem brincar, não é para aprender em condições porque as salas de aulas estão em condições, o recreio é que não está em condições, nem o recreio nem a questão da segurança em volta da escola, de resto, as crianças estão na sala de aulas em perfeita condições de segurança e higiene conforto não é por aí com certeza. -----

Relativamente ao Monte Rei desconhece que já esteja assim com problemas, a Câmara gastou ali algum dinheiro, até bastante significativo, nas reparações e se de facto não está em condições é porque temos uns munícipes jovens que são uns "pilantrinhas", porque o dinheiro que lá foi gasto e o material que lá se colocou não era para se estragar no espaço de 3 meses, acha que acabaram aquela obra há dois meses e meio, 3 meses, eventualmente início de janeiro. Portanto vai pedir para passarem lá para verem em que ponto é que está, pode ser uma malha solta, pode ser uma situação pontual, pode ser uma coisa simples e antes que se degrade mais convém atuar, mas não supunha que estivesse em más condições.-----

Foi dada novamente a palavra ao **deputado Bernardo Delgado**, que referiu o seguinte: -----

Senhor Presidente da Câmara, não irão perder mais tempo a lembrar promessas que envolveram estas obras que infelizmente para as populações de Almodôvar, o executivo liderado por V. Ex.<sup>a</sup> não vai realizar. A prova disso, é mais uma vez as Grandes Opções do Plano e Orçamento para este ano, para quê 30 milhões, é publicidade enganosa? Pergunta, não afirma. -----

Como é que alguém a menos de 6 meses de deixar de ser Presidente, continua ao fim de 12 anos a falar em projetos, isto parece estranho, e as obras não estão feitas no terreno efetivamente. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** referiu não entendo como pedido de esclarecimento mas sim como uma afirmação bastante politizada, mas como estão na casa da política não se importa de lhe responder. -----

Em primeiro lugar, Bernardo, não quer ser ofensivo, mas não pode levar o dinheiro para casa, se o dinheiro aparece dos projetos que lançam, se o dinheiro surge em candidaturas, ele tem que aparecer no orçamento, e não tem como tirá-lo do orçamento.

Neste momento estamos acima de 30 milhões no nosso orçamento, não sabe se é ciumeira da parte da bancada do PSD em nunca ter tido tanto dinheiro para gastar, se realmente não percebem como é que funciona um orçamento municipal. É que numa contabilidade de uma empresa até podemos fazer uns investimentos aqui e acolá, mas na contabilidade do município não podemos esconder 1 cêntimo, se há uma receita tem de haver uma despesa equivalente, o orçamento tem de estar sempre equilibrado. E se tem uma candidatura, imagine da escola secundária, com 4.6 ou 4.7 milhões de euros, ele tem que aparecer e se tem uma candidatura do PROVERE com 450 mil euros ele tem que aparecer lá, o que não significa que se gaste o dinheiro todo. Aliás, uma boa gestão municipal não é nós trabalharmos para o nosso umbigo, é nós prepararmos com o que alguém nos deixou, trabalharmos no presente e preparamos para que alguém que venha a seguir a nós tenha um bom orçamento. O Senhor deputado deve estar a pensar assim, quem me dera que eu ganhe no PSD as eleições em Almodôvar, que eu tenho aqui 30 milhões para gastar e tenho 20 e tal projetos prontos. É verdade, não é com orgulho que diz que tem os projetos prontos para começar, ainda não foi possível pelas mais diversas razões começar os projetos, mas não é publicidade enganosa dizer que tem 30 milhões ou dizer que tem projetos prontos, eles estão fisicamente prontos e os 30 milhões estão lá, existem, existem em contratos, não existem fisicamente dentro dum cofre mas existem em contratos, existem compromissos e existem naturalmente compromissos de despesa para gastar esse dinheiro. Nunca disse ao senhor deputado nem a ninguém que vai em 6 meses gastar mais do que gastou em 4 anos, de modo

nenhum, o que diz é que não parou, não para e não parará de preparar projetos, de arranjar dinheiro, de encontrar soluções, porque não trabalha para si na Câmara Municipal, trabalha para o Município de Almodôvar e trabalhando para o Município de Almodôvar tem que deixar legado e tem que deixar legado financeiro e não há, se calhar, nunca houve na Câmara Municipal, melhor legado financeiro que aquele que vai ficar deste mandato. E diz uma coisa, não sabe quem ganha as eleições porque elas são uma incógnita, as cruces contadas é que dão o vencedor, mas seja quem for que ganhe tem obras para continuar a fazer, tem obras que vão estar em curso, ou tem obras que vão estar eventualmente consignadas no momento da eleição, porque a Câmara não pára pelo facto de ele sair do mandato, nem vem uma Câmara nova quando vier para cá uma ou um Presidente novo para a Câmara, alguém vai vir com ideias diferentes das suas, tudo bem, assume as ideias que tem e alguém vai vir seja a candidata do PS seja o candidato do PSD seja de outro Partido qualquer, alguém vai vir para a Câmara e certamente que os projetos que estão prontos e aprovados vão ter uma continuidade e certamente que vão existir alterações a esses projetos, porque cada pessoa tem a sua ideia, o seu método de trabalho, enfim aquilo que é o estatuto, o conhecimento, a companhia que tem, como está acompanhado ou acompanhada e aquilo que é a visão para um concelho. Agora que os projetos não podem parar, não pode parar um ano ou dois anos antes porque não vou acabar a obra, então fico descansado passem para cá o meu ordenado porque eu não faço mais nada porque daqui a um ano saio da Câmara. Isso não existe, nem existiu no tempo do Ribeiro, nem no tempo do Sebastião, nem no tempo do Saleiro, nem no tempo do Bota e espero que não exista no futuro, porque acha que as pessoas têm de trabalhar para o seu município não é para a sua agenda pessoal. Espera ter esclarecido esse ponto. Não temos 30 milhões, temos mais de 30 milhões. Hoje, aliás, vamos aprovar a 2.ª Revisão ao orçamento que mete o orçamento muito acima de trinta milhões. Vamos ver se vamos aprovar, acha que sim, tem plena confiança que a equipa do Partido Socialista que está nesta sala confia no executivo da Câmara Municipal e tendo em conta a diferença de votos, entre uma bancada e outra bancada, julga que irão aprovar, mas nunca se sabe, faz para honrar o seu trabalho e o Município de Almodôvar, aqui como é uma casa política também honraram sempre os partidos que os apoiam.-----

**O Presidente da Assembleia** disse que antes de terminar este ponto da ordem de trabalhos quis fazer como habitualmente, como fez o ano passado, um pequeno balanço das atividades comemorativas do aniversário do 25 de abril, proferindo o seguinte:-----

*“Fazendo um pequeno balanço da forma como decorreram as comemorações oficiais do 51º aniversário do 25 de abril, aprez-me registar que as atividades inseridas no cartaz das comemorações decorreram numa forma globalmente positiva, não podendo, no entanto e por razões óbvias, destacar a forma como decorreu mais uma Assembleia Municipal Jovem, uma atividade que foi muito participada e interventiva pelos jovens deputados municipais, a quem volto a deixar um enorme agradecimento pela forma como se souberam integrar no espírito desta sessão desta natureza, pela realidade e originalidade das suas propostas e pela forma educada, cívica e compenetrada como o fizeram. Parabéns a todos eles, bem como aos seus professores, funcionários e todos os demais que ajudaram a preparar esta atividade. -----*

*Como nota mais negativa, e depois do incómodo, desconforto e estupefação que me provocou naquele momento e perante aquela plateia, não posso deixar de referir as palavras completamente despropositadas e descontextualizadas que me foram diretamente dirigidas na Sessão Solene comemorativa do 51º aniversário do 25 de abril, a propósito, mais uma vez, das transmissões online das sessões da Assembleia. E não fora a solenidade do ato, teria respondido à letra às descabidas e inconvenientes palavras proferidas num ato daquela natureza, onde se comemorava os 51 anos de Liberdade e Democracia, perante uma plateia de pessoas e individualidades que tive o prazer de*

*convidar para aquela cerimónia. Na minha opinião, foram palavras proferidas “no local errado e à hora e ocasião erradas”, mas o senhor deputado lá saberá por que o fez. -----*

*E para rematar este assunto, volto a referir mais uma vez esta questão, tal como já o tinha feito na reunião realizada em Santa Cruz, onde esta questão das transmissões online das reuniões da Assembleia Municipal foi novamente abordada: durante os 12 anos em que o PSD esteve à frente dos destinos da Câmara Municipal de Almodôvar, e mesmo até no primeiro mandato do PS em que havia maior equilíbrio das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, já havia meios técnicos e humanos e condições para transmitir online as sessões da Assembleia Municipal. No entanto nunca o fizeram e esta questão nunca foi colocada. Porquê só agora esta obsessão pelas transmissões online?*

*Será que dantes é que havia transparência e agora não há? -----*

*Se o argumento é este é completamente falacioso, porque agora, tal como durante os mandatos do PSD, as reuniões são abertas ao público e tudo o que aqui é falado é transcrito em ata. Foi uma decisão dos anteriores órgãos autárquicos, decisão essa que se respeita, tal como se deve respeitar a decisão dos órgãos atuais e não fazer disto um “cavalo de batalha”, tal como não foi feito nos mandatos do PSD, e sempre pensei que depois dos esclarecimentos que prestei na reunião de Santa Cruz, este assunto estaria devidamente debatido, esclarecido e encerrado. -----*

*Mas o senhor deputado do PSD que interveio na cerimónia resolveu “voltar à baila” com as transmissões, na minha opinião erradamente tão só pelo momento escolhido, que não seria seguramente na Sessão Solene Comemorativa do 51.º Aniversário do 25 de abril. O senhor deputado decidiu fazê-lo naquele momento e perante aquela plateia, decisão que de todo não concordei e que tive ocasião de lhe transmitir informal e pessoalmente no final da cerimónia, e decidi então, julgo que bem, não responder naquela ocasião devido à solenidade do evento, e manifestar agora o meu desagrado perante tal atitude, aqui numa sessão da Assembleia Municipal, na casa da democracia, onde os assuntos devem ser devidamente debatidos e esclarecidos nos momentos adequados. -----*

*E dou por encerrado este assunto.” -----*

Tomou a palavra a **deputada Ana Guerreiro** que iniciou por referir que na sessão solene, na apresentação do seu colega, foi realmente referenciado a parte de não haver vídeos da Assembleia, mas Senhor Presidente da Assembleia acha que deveria fazer essa sua reflexão quando ele estivesse cá. Realmente aquilo que foi dito não foi nada falso porque todos os deputados que estão nesta Assembleia votaram a favor da transmissão em direto das Assembleias, mas nunca foi realizada, só foi realizado uma vez não foi realizado mais vez nenhuma e, está em ata, que o Senhor Presidente referiu que não foi porque não quis, agora é assim, estamos a falar de há 12 anos atrás e de há 24 anos atrás, neste momento temos trabalhos online, damos consultas online, em termos de inovações tecnológicas estamos muito há frente de há 24 anos atrás, acredita que no PS de há 30 anos no PSD de há 24 anos isso não se colocava mas neste momento pode-se colocar na sua opinião. -----

**O Presidente da Assembleia** agradeceu à deputada municipal por manifestar a sua opinião. -----

Voltou a referir que só manifestou a sua opinião contra, em função da ocasião em que ela foi proferida, uma vez que o assunto já foi debatido em reuniões anteriores, já está em ata, onde estão todos os motivos e em consonância com a mesa da assembleia, porque é que resolveram mudar de opinião relativamente à questão das transmissões. Esta tudo em ata e a sua razão, repete, foi só devido à ocasião em que ela foi referida e que na sua opinião tem direito a ela, portanto, não era a ocasião mais adequada só por isso. -----

Antes de iniciar o período da ordem do dia o Presidente da Assembleia disse o seguinte: -----

**SOLICITA AOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS QUE AUTORIZEM A COMUTAÇÃO DOS PONTOS DA ORDEM DO DIA, ISTO É, QUE O PONTO C.12 SEJA O PRIMEIRO E TODOS OS OUTROS PONTOS, A PARTIR DAÍ, SE RETOME A AGENDA NORMAL.**-----

Mais referiu, que como têm uma agenda bastante extensa e um dos pontos da ordem do dia é a apresentação do relatório da CPCJ e temos a representante da CPCJ, a senhora Cátia Coelho, para apresentá-lo, solicita que se comece por este ponto para que ela possa ficar liberta e depois fazer como entender. -----

Vêm algum inconveniente em que a senhora Cátia Coelho apresente o relatório e depois então entrariam na ordem do dia tal como está agendada? -----

**A Assembleia em nada obistou.** -----

Continuando, e uma vez que não há inconveniente por parte do plenário, o Presidente da Assembleia pediu à senhora Cátia Coelho o favor de fazer a apresentação do seu relatório, recordando que ela está há pouco tempo como presidente da CPCJ. -----

**C.12 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ- COMISSÃO DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS DE ALMODÔVAR, REPORTADO A 2024:**-----

O **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto e de imediato deu a palavra à Senhora Enfermeira Cátia Coelho, atual presidente da CPCJ de Almodôvar. -----

Usando a palavra, a **Senhora Presidente da CPCJ**, Enfermeira Cátia Coelho, começou por agradecer que lhe tenham possibilitado apresentar mais cedo, considerando que tenho um bebé pequenino em casa e precisa de regressar o mais breve possível. -----

*“Apresento-me perante V. Ex.ª, enfermeira Cátia Coelho represento o Ministério da Saúde na CPCJ de Almodôvar. Exerço funções no Centro de Saúde de Almodôvar desde 2023. Sou apenas comissária na CPCJ apenas há 1ano e meio e recentemente a 2 de abril do presente ano fui eleita Presidente da CPCJ aproveitando aqui para agradecer a todos os comissários a confiança em mim depositada. Ainda nem passou um mês e a sensação que sinto e que já passou um ano, as funções de Presidente e as de comissária não são devidamente valorizadas e reconhecidas, são funções bastante exigentes e para além de muitas vezes se sobreporem à nossa atividade profissional tiram muito tempo da nossa vida pessoal sendo que a maioria das comissárias é considerado normal trabalhar para a CPCJ fora do horário laboral. O tempo de afetação previsto na lei é bastante injusto e insuficiente e acrescenta-se que não é um trabalho remunerado. Encontro-me a iniciar o meu percurso neste tipo de atividades e peço a vossa compreensão se algum ponto possa ser menos claro ou explícito atendendo há minha inexperiência neste tipo de atividades. ---*

*Venho perante vós apresentar o relatório de atividades anual reportado ao ano 2024 face à impossibilidade da Dra. Vera Fontinha enquanto Presidente cessante estar presente. Este documento abrange vários pontos e elementos caracterizados do nosso trabalho ao longo do passado ano, como vocês tiveram oportunidade de visualizar. Como é do conhecimento a CPCJ é uma instituição não oficial judiciária com autonomia funcional regulada pela lei 147/99 de 1 de setembro. Tem como objetivo promover o direito das crianças e dos jovens assim como prevenir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. -----*

*As sinalizações chegam a nós de diversas formas desde as inúmeras entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude nomeadamente Autarquias, Segurança Social, Escolas, Serviços de Saúde, Forças de Segurança, Associações Desportivas Culturais e Recreativas ou até qualquer indivíduo que se apresente nas instalações da CPCJ e queira relatar alguma preocupação, seja de caráter anónimo, ou não, no entanto a comunicação de perigo online através da plataforma da Comissão Nacional continua a ter um peso relevante e é cada vez mais usada. Quando recebidas estas sinalizações é da responsabilidade do Presidente realizar uma breve*

*análise da mesma para verificar a aparente gravidade da situação reportada e são analisadas em equipa de Comissão Restrita na nossa reunião quinzenal ou em reuniões extraordinárias quando assim o justifica, realizando o respetivo diagnóstico e instaurando processo que passa por várias fases terminando no arquivamento, a aplicação de medida ou remessa para Ministério Público. É de extrema importância referir que as CPCJ só funcionam com os consentimentos expressos dos responsáveis pela criança e da não oposição da mesma quando a sua idade é superior a 12 anos. No caso de não consentimento de não oposição de intervenção o processo é remetido para sistema judicial.-----*

*Neste momento a CPCJ de Almodôvar é constituída por 14 elementos na Modalidade Alargada, dos quais 6 elementos integram a comissão restrita e um elemento de apoio técnico.-----*

*A acrescentar ao documento que receberam, na página 5, temos como elemento representante das Forças de Segurança, na modalidade alargada, o Capitão José Carvalho em substituição do Sargento Nascimento.-----*

*Passando então a números.-----*

*Relativamente ao volume processual de crianças e jovens acompanhados por esta CPCJ foram realizadas 31 reuniões de Comissão Restrita e acompanhadas 44 crianças, sendo que destas 44, 22 foram processos que transitaram do passado ano 2023. Foram instaurados em 2024, 13 novos processos e reabertos 9 processos de anos anteriores.-----*

*Em termos de caracterizações gerais seleccionei apenas alguns itens. Acompanhamos 40 crianças Portuguesas, 1 de nacionalidade Alemã, 1 de nacionalidade Brasileira, e 1 com ascendência do Nepal. Tudo o que temos que verificar no nosso país a tendência que as nacionalidades que as CPCJ tenham que atender ou trabalhar sejam cada vez mais elevadas, um número cada vez superior.-----*

*Em termos de idades as crianças acompanhadas o maior número verifica-se em crianças com números entre os 11 e os 17 anos.-----*

*Tivemos como principais entidades sinalizadoras as forças de segurança com 15 sinalizações, 11 de caráter anónimo, principalmente através da plataforma nacional, 7 sinalizações dos estabelecimentos de ensino, 4 dos serviços de saúde.-----*

*As problemáticas identificadas com maior número de casos foram negligência grave ou falta de supervisão, violência doméstica, comportamentos graves antissociais ou hostilização e ameaças.-----*

*Relativamente às medidas aplicadas a estas crianças e famílias, no ano 2024 tivemos 13 crianças com medidas de apoio junto dos pais, ou seja, que permanecem junto dos pais e nós aplicamos um acordo onde estipulamos algumas coisas que devem ser cumpridas, uma criança em acolhimento familiar que foi uma medida aplicada pela 1.ª vez nesta CPCJ e no distrito de Beja, uma medida de acolhimento residencial e uma medida de apoio à autonomia de vida a um jovem com idade superior a 18 anos que quis manter a intervenção da CPCJ.-----*

*Foram ainda arquivados no ano de 2024, 33 processos, 10 por não se considerar que a situação de perigo persistisse, 9 por não prestação de consentimento, 2 por retirada de consentimento para intervenção e 8 remessas para Ministério Público.-----*

*Em termos de atividades, é possível visualizar na página 26, às quais esta CPCJ participou, saliento o primeiro encontro das CPCJ do distrito de Beja promovido e realizado no âmbito do 14.º aniversário da CPCJ de Almodôvar subordinado ao tema "Acolhimento familiar - acolher para cuidar" que se realizou no Cineteatro de Almodôvar a 11.10.2024.-----*

*Para finalizar posso referir que o contexto processual referente a 2024 e o que se tem vindo a verificar ao longo dos anos, analisando os dados, e que foram apresentados no presente relatório, permite afirmar que no ano transato foi um ano com grande volume de processos face à área territorial abrangida e que continua a impor aos comissários da comissão da modalidade restrita uma grande capacidade de flexibilidade, disponibilidade,*

*empenho e dedicação dos mesmos. Conseguiu-se assim dar resposta adequadas a cada caso mesmo em épocas em que o volume do serviço nas entidades de origem era grande e as poucas horas como já mencionei que as comissárias têm disponíveis. Houve flexibilidade da maioria das entidades e houve também muito boa vontade da parte das comissárias. ----*

*Em todo o volume de trabalho realizado há que destacar a importância do apoio administrativo e do apoio técnico disponibilizados pela autarquia. Por outro lado as reuniões e as atividades levadas a cabo na modalidade alargada também permitem fomentar ainda mais os laços de envolvimento em todos os elementos desta comissão, entre estes e a comunidade. Perspetiva-se assim alcançar uma maior divulgação desta entidade e as suas competências, assim como conseguir uma maior abrangência de consciência proteger crianças e jovens compete a todos e a cada um. No presente ano perante esta minha nova função e com a equipa com que trabalho perspetivo manter e melhorar esta boa dinâmica entre equipa e entidades que temos na Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Almodôvar de modo a obtermos os melhores resultados possíveis.”-----*

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição da deputada Ana Guerreiro. -----

Tomou a palavra a **deputada Ana Guerreiro**, que agradeceu à Enf.<sup>a</sup> Cátia pela apresentação dos dados sobre a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Almodôvar. -----

Agradecem, desde já, a sua participação e a sua disponibilidade para estar na Assembleia e querem agradecer à equipa da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Almodôvar que faz um trabalho para o nosso concelho, para mais-valia quer das famílias quer das crianças do nosso concelho. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que quis, também, em nome do executivo agradecer à Enfermeira Cátia, assim como tem feito a outros Presidentes. O trabalho é um trabalho muito dedicado, é um trabalho *pró bónus*, toda a gente sabe, e é um trabalho que é feito não obstante o seu trabalho profissional o seu ganha-pão e depois lidar com este tipo de situações que é de sensibilidade e cabeça fria para conseguir gerir estas diferentes situações com crianças. Ainda por cima na sua área, uma área de enfermagem que está sensibilizada para resolver, os enfermeiros geralmente é “*tem que ser já*” tem que ser feito, com 3 filhos em casa acho que é um grande desafio e o executivo parabeniza e continua disponível para apoiar a CPCJ onde lhes for possível.-----

O **Presidente da Assembleia** começou por manifestar a sua gratidão à atual presidente da CPCJ e referiu que quando falou com ela pela primeira vez para vir apresentar o relatório referente a 2024, apesar de estar há pouco tempo à frente da comissão, a senhora Cátia Coelho manifestou desde logo a sua inteira disponibilidade para o fazer. -----

Mais uma vez muito obrigado.-----

A razão por que colocou aqui ao plenário de apresentar em primeiro lugar este ponto prende-se exatamente com aquelas questões que a senhora Cátia Coelho referiu das crianças em casa e mesmo assim não se ter coibido de vir aqui.-----

A **Assembleia Municipal APRECIOU** o Relatório Anual de Atividades da CPCJ- Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Almodôvar, reportado a 2024. -----

**PROSSEGUINDO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DEU INÍCIO À ORDEM DE TRABALHOS.** -----

**C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**C.1 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024, RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMAIS DOCUMENTOS FINANCEIROS QUE A INTEGRAM:**

O **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e recordou mais uma vez, tal como disse no início, temos hoje a presença da Dra. Sara Luís representante da empresa OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC. LDA. que estará disponível para responder a alguma questão que lhe possa ser colocada.-----

Relativamente a este ponto, decorre da lei e do art.º n.º 30 n.º 2 do regimento da assembleia municipal que a sessão ordinária realizada no mês de abril destina-se à apreciação do inventário de todos os bens direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda apreciação e votação dos documentos de prestação de contas.-----

Os senhores deputados municipais através dos documentos que vos foram enviados tiveram atempadamente conhecimento do resultado líquido que se verificou no ano 2024 e passa desde já a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que terá ocasião de explicar as razões deste resultado apurado, antes de dar a palavra aos senhores deputados municipais.-----

Tem agora a palavra o Senhor Presidente.-----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que vai tentar ser breve, apesar das contas serem um documento tão extenso que requerem uma análise mais profunda do que aquela que possamos fazer aqui.-----

Começa por agradecer a todos os técnicos da Câmara Municipal, especialmente à DAF, pelas questões técnicas aqui elaboradas. Reitera que todas as decisões políticas são da sua inteira responsabilidade e que se na componente técnica algum erro existir será uma pequena falha com certeza, porque uma vírgula ou um ponto final às vezes numa tecla do computador não é falta de brio profissional é um pequeno lapso, de qualquer das maneiras, qualquer outro lapso neste orçamento que não esteja de acordo com os senhores deputados é da sua inteira responsabilidade.-----

Também agradece à Dra. Sara Luís pela presença, reitera a disponibilidade da mesma em nome do ROC que é quem faz a nossa revisão oficial de contas, para estar presente e clarificar algum assunto mais técnico dentro do relatório, porque eles estão constantemente a apreciar o nosso orçamento e as nossas contas e estarão certamente aptos para uma análise ou uma explicação mais técnica do que aquela que ele tem capacidade ou conhecimentos para fazer.-----

Permitam-lhe destacar aqui alguns pontos de forma sintética nesta prestação de contas, dizer que existe um ligeiro decréscimo na taxa de absentismo, cerca de 0.4, ou seja, houve menos faltas na nossa Câmara Municipal sendo que a ausência de trabalho continua a ser doença ou assistência a familiares.-----

Dizer também que houve um aumento significativo durante o ano de 2024 de formação profissional numa tentativa, como sempre fazemos, de valorizar o capital humano colocando sempre as pessoas em primeiro lugar.-----

Houve também uma diminuição de 17% da nossa dívida à banca, ou seja, entre 2023 e 2024 acabamos o ano de 2024 com 2 milhões e 270 mil euros: Se compararmos com o início deste executivo em 2013 temos uma redução de 34%, porque estava em 6.7 milhões e agora está em 2.2 milhões, fala de dívida a médio e longo prazo, nada preocupante, não se preocupem.-----

O equilíbrio orçamental em 31.12.2024 foi de 1 milhão e 150 mil euros para aqueles que costumam agarrar nos valores negativos de um período ou outro de prestação de contas, não precisa de elogios mas só quer que olhem para o número, 1 milhão e 150 mil euros, que contrasta naturalmente com os resultados de 2022 e alguns de 2023, que justificou por impossibilidade da Câmara em acompanhar aquilo que eram as dificuldades financeiras no mundo inteiro, resultante do covid e a guerra etc. e da nossa incapacidade de acompanhar positivamente, estamos equilibrados neste momento. Começamos também a estar em condições de prestar contas daquilo que se chama centro de custo desde 2022, com a implementação do SNCAP começamos a ter uma contabilidade por centros de custo e cada vez mais já temos dados mais comparativos

de áreas como escolas, as águas, os resíduos, transportes públicos de crianças, transportes escolares, as refeições escolares etc. portanto cada vez mais a tendência será ser mais minucioso nas nossas contas indo em cada centro de custo desta Câmara municipal.-----

Relativamente às finanças cumprimos o limite da dívida total do artigo 52.º e 54.º do regime das autarquias e entidades intermunicipais, ou seja, não ultrapassamos 1.5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores, apesentando uma margem de 14 milhões e 536 mil euros.-----

Tivemos uma taxa de execução de orçamento de receita de 87.85% e em temos de cobrança líquida e de 73.07% em termos de despesa paga. -----

Tivemos um aumento de 23.6% nos impostos, não esqueçam que se olharem com detalhe no relatório do ROC encontram aqui a justificação, não é que as pessoas paguem, mais há aqui um ligeiro aumento de impostos de cerca de 150 mil euros, mas na sua grande parte há aqui uma falha das finanças que nos veio agora pagar impostos retidos, nomeadamente, da derrama relativos a 2021, 2022 e 2023 que estavam retidos nas finanças e que foram pagos em 2024, cerca de 250 ou 270 mil euros, não tem muito bem o número, mas que vão aumentar este valor de impostos que pode não ser um valor real para o ano de 2025. Portanto, há aqui uma oscilação que sai fora da média, nós não recebemos 400 e tal mil euros em derrama, não houve essa derrama, houve cerca de 150 mil, mas houve sim cerca de 260 /270 mil euros de recuperação de derramas anteriores. -----

Tivemos também um aumento da receita corrente em cerca de 2 milhões e 130 mil euros face ao ano de 2023, isto pelas receitas do estado também terem aumentado e tivemos um aumento de 28% nas receitas próprias o que me deixa bastante satisfeito porque é sinónimo de maior independência da autarquia em relação às receitas. As nossas receitas este ano foram de cerca de 1 milhão e 430 mil euros em receitas próprias. Está bem que tivemos aqui a venda de lotes, enfim, houve aqui questões que normalmente não acontecem todos os anos, mas de qualquer das maneiras é um número que nos dá algum prazer de olhar. -----

Em termos de despesa tivemos uma execução global de 73%, sendo que as 3 maiores rubricas de despesa são o pessoal com 6.5 milhões de euros, aquisição de bens e serviços com 4.7 milhões e transferências correntes com cerca de 1.6 milhões de euros.-

As despesas em capital ficaram nos 41% no orçamento para este fim, ou seja cerca de 7.5 milhões e as despesas correntes atingiram os 89% de execução, com 15 milhões de euros em despesas no global. -----

O valor total das despesas ficou em cerca de 16.5 milhões, despesas gerais da Câmara Municipal com um aumento percentual mínimo de cerca de 35 mil euros em relação a 2023. Também um número que quer fazer notar porque no ano de 2022 eram cerca de 16.4 milhões, no ano 2023 foram cerca de 16.475 milhões e em 2024 foram cerca de 16.25 milhões. Nota-se aqui uma estabilidade financeira em termos de despesa da Câmara Municipal com contenções de custos, sejam lá quais forem, mas numa tentativa de ter as contas equilibradas que é algo que alguém não gosta de ouvir, mas que eu gosto muito de focar sempre, contas equilibradas é o mote desta gestão. -----

Deste orçamento saliento também um aumento de cerca de 15.01% relativamente as despesas efetuadas em bens e serviços em relação ao ano de 2023, o que se justifica por muitas razões desde o aumento da eletricidade, da água, dos produtos, dos materiais e não esqueçam os ordenados que subiram 2 vezes praticamente em 2024, alguns nesta sala são funcionários públicos e sabem que nós no dia que subiram fizemos respeitar essa subida imediatamente e isto nota-se aqui nas nossas contas,-----

Houve também um aumento de cerca de 5.3% nas despesas com o pessoal destas despesas, 5.3 deste aumento referem-se ao pessoal que em relação ao valor executado em 2023 e deixem-me focar 3 ou 4 aspetos importantes em relação a estas despesas com pessoal porque faz sentido falarmos delas. -----

Em 1.º lugar as medidas de valorização dos trabalhadores que foram todas, todas acauteladas sem exceção, incluindo o montante 821 euros de ordenado mínimo que foi aplicado a partir do dia em que saiu e quando tivemos conhecimento pagamos com retroativos. Também focar o aspeto na atualização das remunerações e trabalho suplementar tiveram um valor superior àquele que era espetável no orçamento de 2023, planeado para 2024 e também da atualização das ajudas de custo e do subsídio de transporte, cuja redução tinha sido eliminada, ou que tinha sido ignorada, até entrar em vigor e foi colocada neste orçamento de 2024. -----

Em relação aos assistentes operacionais e à carreira geral de assistente operacional por antiguidade consideramos quem podia subir na carreira também atualizamos com data a 1 de janeiro de 2024 e também focar a questão da especial da normativa do Governo da declaração do desenvolvimento das carreiras, aproveitamos todas aquelas que puderam ser aproveitadas para não deixar nenhum colaborador de fora. Depois a retribuição mínima mensal garantida a partir de 17 de novembro foi paga com retroativos também e as medidas de valorização de todos os trabalhadores integrados na carreira geral de técnico superior foram atualizadas também com efeitos retroativos, ainda que isto tenha operado com total neutralidade orçamental, ou seja, não afetou nada porque já tínhamos considerado isto no ano de 2023 para o orçamento de 2024, já estava cá, de qualquer das maneiras significou um aumento que foi falado aqui em 2023 mas certamente vocês já não se recordam. -----

Também focar que tivemos aqui uma diminuição de financiamento bancário, lising e subsídios reembolsáveis em 17.5%, com cerca de 490 mil euros de redução em relação à amortização da dívida do ano anterior. Na ótica patrimonial, o nosso resultado líquido deste período foi negativo em 64 mil euros, portanto comparado com os resultados líquidos do ano passado em que alguns de nós apanharam medo porque pensaram e confundiram resultado líquido com saldo etc. houve aqui uma ideia errada nesse aspeto e na altura a nossa representante do ROC explicou o que é que era o resultado líquido. Estamos a melhorar, não é que para o ano que vem não possamos piorar, deixo logo esta situação, seja quem for à frente da Câmara, isto tem a ver com cobrança de receita, gasto, mas também com depreciação dos nossos imóveis das nossas obras e se o resultado líquido deu inferior é porque as obras em 2023 também foram inferiores e existe menor depreciação das obras lançadas. Portanto é um motivo de orgulho, mas também não é o motivo de tanto orgulho assim, porque prefiro ter um resultado líquido maior e ter obras significativas do que ter um pequeno e essas obras não aparecerem e contra mim falo sem qualquer problema. -----

Depois dizer-vos também que no dia 31.12.2024, mais uma dica para criar burburinho, havia zero dívida na tesouraria. Zero. Soletre-se z.e.r.o, nem a 30 dias, nem a 60 dias, nem a 90 dias, nem a 1 dia, zero é zero, alguém na política diz não é não, eu digo zero é zero. As faturas que nós recebemos em janeiro e que foram poucas são aquelas que recebemos normalmente da EDP, da água, disto, daquilo que se referem ao mês transato que nós a 31 de dezembro não conhecemos. A 31 de dezembro tínhamos zero, portanto meus caros amigos e amigas zero dívidas para o Município de Almodôvar, é para aí o 11.º ano consecutivo com a exceção de um ano que infelizmente não conseguimos porque não tínhamos dinheiro suficiente. -----

A situação do prazo médio de pagamentos está em 13 dias, já estive melhor, mas também já estive muito pior em 2021, 2022 e em 2023, estamos a recuperar algo que é orgulho na Câmara Municipal de Almodôvar nos diferentes executivos que já teve, que é pagar as continhas o mais depressa possível. -----

O município cumpriu o equilíbrio orçamental como já foquei há bocadinho, portanto estamos com um saldo de gerência para o próximo orçamento que foi já aplicado de 3 milhões e 339 mil euros, este saldo de gerência, volto a focar já o mencionei aqui, não é real porque neste saldo de gerência há 1 milhão e duzentos mil, um milhão duzentos e qualquer coisa que estão adiantados em PRR da escola, que não são nossos se não os

executarmos, estão na conta, mas não são realmente saldo de gerência e são 130 mil euros do PRR do Radar Social que está a ser executado. -----

De qualquer das aneiras mais uma vez para quem tem esta dúvida o dinheiro está lá, não o posso ocultar, ele aparece no saldo de gerência, é nosso se executarmos a obra, se não executarmos temos que o devolver, mas deste dinheiro, destes 3 milhões 340 mil, estes cerca de 1 milhão e 300 mil euros não são completamente nossos se não houver execução.-----

Penso que foquei os pontos principais Presidente e estou disponível para alguma questão mais específica na esfera política e tecnicamente penso que tenho o apoio da Dra. Sara para alguma explicação mais técnica que eu não consiga responder. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado as inscrições dos deputados Rui Cortes e Vítor Libânio.

Tomou a palavra, o **deputado Rui Cortes** referiu o seguinte: -----

*“A bancada do Partido Socialista realça os bons indicadores obtidos na Prestação de Contas de 2024. -----*

*Refira-se a taxa de execução do orçamento de receita cobrada de cerca de 87, 85%, a apresentação de um saldo de gerência de 3. 339. 667,90€ e resultado líquido negativo pouco significativo, como foi referido aqui há pouco pelo Sr. Presidente, de 64. 089, 81€. ---*

*Há que notar um aumento de receita, bem como a diminuição de 17% das despesas, neste que é o maior orçamento de sempre do Município de Almodôvar. -----*

*Salienta-se que o exercício em análise corresponde a mais um ano sem dívidas a fornecedores, considerando as dívidas em conta corrente. -----*

*Assinala-se, igualmente, uma diminuição em termos de financiamentos bancários, atendendo ao cumprimento dos planos anuais de amortização. Com uma progressão substancialmente positiva, incomparável a cenários de há uma década atrás onde se verificavam valores mais pesados para as contas do Município de Almodôvar, comparativamente ao orçamento em causa. -----*

*Isto leva-nos a evocar uma preocupação de contas certas, materializando-se num saldo de gerência confortável, proporcionando mais dinheiro para os exercícios seguintes, complementado com um conjunto de projetos aprovados e financiados. -----*

*Deve-se evidenciar a obra social e inúmeros projetos prontos e aprovados para o próximo mandato, o que demonstra um trabalho de continuidade, não se focando em planos eleitoralistas e fins eleitorais, visando a prossecução da consolidação de uma política em prol da população e do interesse público. Recordamos o programa CLDS, o PROVERE, Programa Mais Sucesso Escolar (PMSE), Plataforma de Gestão Urbana (PGU) e o Radar Social, que perfazem verbas de cerca de 1 250 000€. -----*

*Isto revela uma preocupação para com os municípios que destacamos e enalteçemos.” --*

Dada a palavra ao **deputado Vítor Libânio** este referiu que a bancada parlamentar do Partido Social Democrata na análise que fez à prestação de contas no exercício de 2024 chegou às seguintes conclusões: o município arrecadou cerca de 19 milhões de euros de receita. O município realizou despesa no montante de 16 milhões e 500 mil euros desta despesa paga, 13 milhões foram para despesa corrente e 3 milhões para despesa de capital. -----

Primeira conclusão, continuou o mesmo estilo negativo de gestão, mais agravado em 2024 dado que a disparidade entre o investimento e a despesa corrente acentuou-se ainda mais. Esta conclusão tem por base o conhecimento que todos temos da necessidade de investimento que o concelho tem e que ano após ano tem vindo a ser protelado com as consequências negativas que isto representa para o presente e futuro do concelho. Da despesa corrente cerca de 12 milhões de euros reportam a despesa com pessoal, aquisição de serviços externos e subsídios sendo que muitos destes serviços externos referem projetos e consultorias.-----

2.ª conclusão, apesar do aumento de despesa com pessoal continuamos a contratar grande parte dos serviços que a camara necessita, ou não. -----

Na despesa de capital constatamos que apenas cerca de 1 milhão de euros foi utilizado no pagamento de obras executadas, achamos esta situação tão constrangedora é um dos piores anos neste aspeto que elencamos as obras que esta edilidade realizou em 2024 apesar de ter gasto 16 milhões e 500 mil euros. Citamos:-----

Requalificação de edifícios – 100 mil euros-----

Parque Escolar de Aldeia dos Fernandes – 155 mil euros -----

Inova Parque – 46.500 euros -----

Travessa do Hospital – 76 mil euros -----

Requalificação do Campo das Eiras – 70 mil euros -----

Museu MESA – 65 mil euros -----

Museu MESA - equipamento básico - 148.500 euros-----

Pavilhão de São Barnabé – 236 mil euros -----

Pequenas obras diversas – 150 mil euros -----

3.ª conclusão, não sabem se este desinvestimento no concelho foi propositado por alguma estratégia política ou se estamos perante uma falta de planeamento de gestão do município, em qualquer dos casos, a situação é negativa para o concelho. -----

Em relação à receita obtida e à despesa paga, incluindo amortizações e depreciação de bens, no ano em causa há um resultado negativo do exercício no valor de menos 64 mil euros -----

4.ª conclusão, se a Câmara tivesse uma gestão regida por critérios puramente empresariais e dado o número de anos que tem vindo a ter resultados negativos estaríamos perante uma situação preocupante do ponto de vista financeiro possivelmente a necessitar de um ???-----

Por todas estas questões apontadas e outras mais, a posição da bancada do PSD é de rejeição total desta prestação de contas, posição política que tem por base aquilo que era suposto ter sido realizado em 2024 e o que efetivamente foi.

Relativamente aos documentos técnicos e à sua elaboração e à informação contida nada temos a objetar.-----

Respondendo às questões, o **Presidente da Câmara**, referiu que não é meu hábito responder com perguntas, mas vai ter de terminar, depois no final, com uma pergunta.--

Fizeram uma análise muito bem-feita do orçamento, bate tudo certo, a despesa corrente são de 13 milhões, sendo que parte deste valor é para despesas gerais da Câmara, não se esqueçam que neste valor está incluído a eletricidade que a Câmara, paga, a água que a Câmara paga, as refeições escolares que a Câmara paga, o valor que pagamos aos nossos idosos, o valor que pagamos em subsídios diversos, representações da Câmara, projetos, não temos acessórias, com a exceção do nosso advogado e do ROC não temos qualquer acessória neste momento na Câmara Municipal, que conheça, a não ser que seja alguma coisa pouco significativa

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)**

Claro, claro não duvida senhor deputado o que está a dizer é que os valores que estão nas rubricas são valores por acumulado, mas essas rubricas têm naturalmente diferentes subrubricas que somadas dão esse valor e então que com estes valores falam que fizeram pouca obra, é um facto, fizeram pouca obra, mas deixem-no dizer uma grande obra para a qual a bancada do PSD não têm sensibilidade porque nunca falam nela, não têm, não têm sensibilidade para as pessoas. Vai dizer uma coisa, no ano de 2024 pagaram em Cartão Almodôvar Solidário 177 mil euros de apoio aos medicamentos dos nossos idosos, pagaram em Fundo de Emergência Social 13 mil e 200 euros, pagaram em apoio habitacional 21 mil e 800 euros, pagaram em apoio de material escolar aos nossos estudante 61 mil e 200 euros, pagaram de Incentivo à

Natalidade 78 mil euros, pagaram em transportes escolares 27 mil euros, em Bolsa de Estudo 47 mil 250 euros, em Ação Social junto das nossas crianças 4 mil e 500 euros, no apoio ao Transporte no ensino superior para todas as universidades do país pagamos 23 mil e 400 euros, entre outros pequenos apoios. Temos ainda a questão do apoio aos nossos Jovens que vêm para a Câmara 6 meses para criar curriculum, para não estarem em casa a definhar junto dos computadores, gastaram 42 mil euros em 2024 e os Desempregados de Longa Duração que são as pessoas com mais de 50 anos que não conseguem arranjar emprego levaram um apoio de 106 mil euros. Se isto não é obra não sabe o que é, porque a Câmara Municipal não faz só obras físicas, temos uma responsabilidade de obra social no concelho, porque somos a principal instituição do concelho com capitais suficientes e com necessidade de transparência e sensibilidade para apoiar a CPCJ, os nossos seniores, aqueles que precisam e nem toda a gente do concelho é pobre, antes pelo contrário, mas há alguns que precisam mais que outros e a diferença entre o PS e o PSD nestas questões é alarmante, enquanto vocês olham para um orçamento e vêm números de obras e de execução e nem uma única vez mencionam, atenção que não existindo obra de capital não existindo o edifício A, a estrada B, que existiu também e, não existiu mais porque teve incapacidade de a fazer, não é que os serviços não tenham tido vontade, o Presidente António Bota é que com a junção de uma panóplia de elementos desde o fim do 20/20 até à atualização de projetos, até à incapacidade de os gerir internamente porque requer muita alteração, não teve condições de os colocar e o único responsável sou eu, ponto final. Agora olhem para a obra social do concelho de Almodôvar. -----

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)** -----

Senhor deputado deixe-me terminar porque o Senhor falou e eu estive aqui caladinho a ouvi-lo e depois se o Senhor Presidente autorizar diz o que quer, deixe só terminar porque depois não fica gravada a sua conversa e fica a falar sozinho. -----

Há um trabalho social que tem que ser mencionado e o PSD devia olhar para esses dados, sabe de antemão que não vão aprovar a prestação de contas e isso não é nada de novo, nem que ela estivesse aqui banhada em ouro, nada de novo, mas também repare se o deputado olhar para o seu lado esquerdo, vê 14 pessoas eleitas mais 3 aqui na Mesa e se olhar à sua volta vê 3 pessoas ou 4, falta um. Acha que há aqui um trabalho dos municípios do concelho de Almodôvar que reconhecem trabalho neste executivo e nem sempre tiveram de fazer 6 ou 10 ou 15 milhões em obras. A Câmara tem de apoiar quem precisa quando precisam. Estiveram presentes no momento que mais precisaram, no momento do covid a Câmara esteve de portas abertas disponível em qualquer momento, estão disponíveis e isso é obra quer entendam como obra ou não. Aceita as críticas, poderiam ter feito mais obra, não valorizam a que está feita também sabe que não valorizam, valorizam zero o trabalho social da Câmara, Zero. Mas se calhar os nossos municípios precisam da Câmara e só espera que quem vier a seguir para a Câmara Municipal tenha a mesma sensibilidade que tem em manter este tipo de trabalho social, porque senão vão-se notar grandes diferenças naquilo que é a expectativa da Câmara Municipal em relação à população, porque somos a entidade mais social do concelho, não somos economicamente mais viável, longe daí, porque não trabalham na Câmara para ganhar dinheiro, trabalham na Câmara para abrir portas para que os investidores invistam e ganhem dinheiro, esse é o nosso papel e quando temos pessoas que não são capazes de investir ou de gerir economicamente as suas vidas nós temos que estar ao lado delas para dar um empurrão, podem criticá-lo e dizer que o empurrão não é esse, que devíamos ter uma escola de formação para pessoas com mais de 50 aprenderem a ser empresários, já tentamos, já tentamos alguns projetos, nem todos funcionam, se calhar não os tentamos da melhor maneira, há um conjunto de situações que podemos criticar, mas há uma obra social feita que merece o nosso crédito e ela está aqui nos números que o deputado Vítor falou, são reais, estão aqui, o

deputado não mentiu em nada, omitiu foi a parte que não interessa, só fala daquilo que lhe interessa, não fizeram isto, não fizeram aquilo, mas de vez em quando convinha que alguém da bancada do PSD, para que pelo menos as pessoas que lessem as atas do concelho de Almodôvar verificassem que a bancada do PSD dá algum valor ao trabalho social que a Câmara Municipal faz. É só isso que pede, não é para si porque daqui a 5 meses já não está cá, é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal estava cá antes de si, está agora e estará depois, não quebrem a confiança das pessoas do concelho de Almodôvar na Câmara Municipal, naquilo que respeita ao trabalho social. -----

O **Presidente da Assembleia** voltou a recordar quando alguém está a falar não vale a pena entrarem em diálogo porque depois não fica gravado, é melhor aguardarem pela segunda “ronda” das intervenções como é o caso agora, faça favor de falar ao microfone que é para ficar gravado, que é para ficar em ata. -----

Repetiu convém falar ao microfone para ficar gravado e em ata como ficam gravadas todas as declarações, tudo o que é dito aqui depois fica gravado e em ata.-----

O **deputado Vítor Libânio** tomou novamente a palavra e referiu que em primeiro lugar pelo facto de serem só 3, pessoalmente não se considera inferior a nenhum colega seu.-----

Depois analisaram, fizeram a análise política daquele documento, perante os números que lhes foram apresentados. -----

Referente aos apoios sociais, Cartão do Idoso, Transporte Escolar, apoio à Escola já existia no tempo do PSD e outros mais, também não vêm assim nada de novo, de tão novo, só que aumentaram os valores o que é normal, 12 anos depois alguma coisa aumenta, alargaram a margem, é normal as coisas vão evoluindo se estivermos sempre parados e feitos no mesmo então não vale a pena estarem cá, porque não estão a fazer nada, agora também não pediram justificação, são os números que estão ali.-----

O **Presidente da Câmara** disse que em 2013 quando o executivo PS começou na Câmara pagava-se de Cartão do Idoso 39 mil euros por ano, hoje pagam 177 mil, há uma grande diferença e não está a dizer que o Cartão do Idoso foi a criação do A ou do B, está a falar do investimento em obra social, pagava-se em apoio de material escolar 19 mil euros, agora pagam 61 mil, não havia programas de apoio aos estudantes hoje existem, não havia programa de apoio aos desempregados de longa duração hoje existem, há diferenças, há alterações e não está a dizer o contrário, há coisas que faziam bem-feitas, há coisas que faziam mal feitas e eu também as faço, o que está a dizer não é isso.-----

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)** -----

O **Presidente da Assembleia** repetiu para não entrarem em diálogo, não vale a pena, a deputada Ana Guerreiro se quiser voltar a intervir pode fazê-lo, mas espera pela sua vez, não vale a pena porque depois não fica gravado e em ata e depois não podem alegar que tudo o que aqui se diz não fica gravado e que não é transparente. Levante o braço e dar-lhe-á ocasião de dizer tudo o que tiver a dizer, assim que quem estiver a falar terminar. -----

Continuando, o **Presidente da Câmara** referiu que nunca disse em momento algum que o PSD não fez nada, antes pelo contrário, tenho feito inúmeros elogios nesta sala ao trabalho do PSD. Não venham com essa treta para cima de si, nunca em momento algum criticou o trabalho do PSD nesta casa, nunca, sempre o valorizou. O que está a dizer é que existe diferenças e que o trabalho social feito por este executivo devia ser valorizado pela bancada do PSD, não disse que o PSD não fez, antes pelo contrário, há aqui bastantes testemunhas que já o ouviram elogiar trabalhos feitos do PSD. Não é parvo, se olhar à sua volta sabe o que é que está feito e sabe valorizar as pessoas, o desempenho das pessoas, agora infelizmente o PSD não sabe valorizar o trabalho do seu

executivo, isso é um problema PSD não é seu. O que disse foi que o trabalho social nunca foi valorizado, nunca foi uma obra para o PSD e para o executivo do PS é uma mais-valia, faz parte do seu trabalho.-----

Uma pergunta que há bocadinho ficou de fazer e não fez. -----

O senhor deputado disse-lhe que acabaram, ano após ano, com resultados negativos no nosso orçamento, não sabe onde e quais são os resultados negativos, não vê nenhum resultado negativo na prestação de contas, há naturalmente os sinais de menos porque são despesas que nós gastamos, não sabe se tem algum resultado negativo, se deve alguma coisa, é o resultado líquido e não tem qualquer problema e se não percebeu ainda o que é o resultado líquido a Dra. Sara Luís mais uma vez terá que nos ajudar e explicar, porque tirando o resultado líquido que vai ficar negativo muitos anos, acreditem em si, seja quem for que estiver à frente da Câmara o resultado líquido da Câmara com o SNCAP vai ficar negativo constantemente, a não ser que deixem de gastar dinheiro. Se os Presidentes de Câmara deixarem de gastar dinheiro, só tiverem receitas, então não há desvalorização porque não há obra e há despesa, logo o resultado líquido é positivo, é a única maneira que vê e não é contabilista, nem técnico de contas, nem é ROC nem é economista. Faz uma leitura técnica, sem ser técnico, porque com as explicações e porque sabe entender números, agora, de facto, onde é que estão os resultados negativos, refere-se ao resultado líquido? É que a Câmara não deve nada a ninguém, teve um ano negativo em 2022 com faturas por pagar, os empréstimos bancários a médio e longo prazo reduzem, aumentamos os ordenados, aumentamos as receitas decorrentes do orçamento de estado, dos impostos e aumentamos os ordenados, logo temos maior despesa. Querem despedir as pessoas? É? Ou não aumentamos as pessoas? À medida que os ordenados sobem não aumentamos ninguém para não aumentar despesas? Quero é valorizar os funcionários da Câmara e quando não tem condições de fazer um trabalho na Câmara Municipal tenho que contratar, porque senão aqui em vez de ser criticado por ter uma despesa com uma avença é criticado por não o fazer ou por deixar uma criança sem apoio, numa escola, porque as regras mudam, porque se antigamente um funcionário de uma escola tinha, ou conseguia gerir uma sala com 20 alunos, agora tem funcionários com um aluno 5 dias da semana e tem de colocar pessoas a trabalhar porque senão é criticado tanto ao nível técnico, como ao nível profissional, como a nível humano, não pode deixar uma criança abandonada em casa sem ter escola, chama-se inclusão e nós estamos disponíveis para isso, é isso que queria dizer.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, questionou se os senhores deputados queriam colocar alguma questão à Senhora Dra. Sara Luís.

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)** -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia**, deu a palavra à Senhora Dra. Sara Luís para esclarecer a questão que lhe foi colocada. -----

Dada a palavra à **Dra. Sara Luís**, representante da empresa OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC. LDA., começou por dizer que é com muito gosto que está aqui mais uma vez, isto passa muito rápido, foi há um ano atrás mas parece que foi ontem. -----

Este ano, relativamente ao ano anterior, e no ano anterior havia aqui uma grande preocupação porque havia um desequilíbrio, o desequilíbrio estava expresso nas contas, as contas eram muito claras, havia um desequilíbrio entre a receita corrente e a despesa corrente, acrescida dos empréstimos de médio e longo prazo, o efeito era negativo, tinha de ser reposto e tinha de ser reposto no ano seguinte, esse diferencial. Efetivamente este ano estamos com uma situação bem mais folgada porque essa situação negativa foi recomposta. Olhando para os resultados, está a falar em termos patrimoniais, as contas são o que são, temos um total de gastos e olhando, tem aqui o relatório que fizeram, o total dos gastos são 16 milhões, no ano anterior o total dos

gastos foram de 15 milhões, temos aqui um acréscimo de 510 mil euros, efetivamente, mas temos um total de rendimentos, ou seja, a receita de 16 milhões este ano e no ano passado tivemos 13 milhões, por isso é que a diferença entre os gastos e as receitas, os rendimentos, é menor, ou seja, temos um diferencial que não é tão negativo como foi no ano anterior. No ano anterior era de 2 milhões e meio, este ano estamos com 64 mil euros, mas continua a ser negativo, mas também é assim, daquilo que entende a Câmara, o seu objetivo não será ter lucro até porque quando há investimento e é aqui que o Senhor Presidente se tem estado a debater, ao termos investimento vamos ter mais gasto, o gasto aumenta e aumenta porquê? Porque quando temos investimento, de duas, uma: ou temos investimento para arrendar e se é utilização e aí temos algum rendimento, se eu invisto para depois obter algum rendimento aí tudo bem, eu vou equilibrar o gasto que eu tenho com a depreciação que é a utilização daquele bem, porque o bem quando eu faço uma obra essa obra pelo uso no tempo vai tendo um desgaste e esse desgaste é refletido naquela rubrica das depreciações, ou seja, é por isso é que nós dizemos o termo volume ativo, também temos um custo, também temos um gasto que vai fazer aqui um efeito negativo no nosso resultado, só é compensado se eu utilizar esse bem para arrendar, se arrendar esse bem, se o utilizar no arrendamento aí se calhar já tem um rendimento e consegue compensar esse gasto com o rendimento. É nesse sentido que às vezes quando o Senhor Presidente está a dizer se fizer investimento vamos continuar a ter gastos, é verdade, claro que também há uns que vão ficando totalmente depreciados porquê? Porque há uma vida útil, há bens por exemplo que podem, imaginemos uma secretária se calhar dura 10 anos, no final dos 10 anos ela vai ficar com o valor zero, mas os imóveis são 50 anos, portanto é natural que durante algum tempo vamos ter sempre gastos, os gastos parece que estão sempre a crescer porque aumentamos o nosso ativo, quando temos as obras em curso e passamos de em curso para firme, a partir do momento em que ela entram para firme elas começam logo a depreciar e se começam a depreciar vão ter um efeito negativo nas nossas contas, também é por isso é que efetivamente há esta questão aqui das depreciações tem um efeito grande. -----

Este ano houve uma diminuição ao nível dos gastos, uma diminuição na rubrica de fornecimentos e serviços externos, o ano passado houve projetos com a pandemia não se faziam, determinadas feiras, o ano passado, de facto falou-se nisto, que tiveram um peso no resultado negativo do ano, este ano temos uma diminuição nos fornecimentos e serviços externos, tenho aqui uma nota eles passaram de 4 milhões e 185 mil para 3 milhões e 931 mil, portanto temos uma diminuição de 254 mil euros, claro que vai ser muito sincera, este resultado também é feito não só disto mas sobretudo da parte dos rendimentos e da receita porquê? Porque de facto tivemos aqui um aumento da receita a nível dos impostos e foi a derrama que teve um efeito grande, não é a derrama do ano, é a derrama desde o ano 2021 a 2023 que só essa foi de 341 mil euros, derrama que era atrasada e que está a pesar também aqui nos rendimentos, tivemos um aumento do IMT em 191 mil euros, depois temos também as transferências do estado que tiveram o aumento de 1 milhão e 900 mil, tivemos um aumento dos rendimentos e tivemos uma diminuição, houve aqui uma tentativa de minimizar custos, foi isso, no fundo foi como quase uma promessa do executivo que era reduzir com pequenos gastos, lembro-me perfeitamente de estar aqui a falar nisto o ano passado, tinha que haver de facto uma redução, uma redução nalgumas coisas que fossem menos necessárias. Mas há outras que se calhar são imprescindíveis e têm que ser mesmo gastas, se de facto a Câmara tem a parte social, é o que diz, a Câmara não é para dar lucro, o município é para estar em equilíbrio, aquilo que recebe com o que gasta e, neste momento, com um resultado de 64 mil euros. Sinceramente só tem é que dar os parabéns porque o ano passado estava um bocadinho mais preocupada com dois milhões, não quer dizer que não volte a inverter. E pode voltar a inverter em que medida? Se não tivermos receita do estado, por um lado, se por outro também se faz muito investimento, que é necessário, mas

também tem um peso nas depreciações. É difícil, é muito difícil e compreende que para este executivo e para qualquer executivo não é fácil equilibrar as contas. Este ano com este resultado para mim estão de parabéns é só o que pode dizer

Não sei se têm mais alguma questão. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a matéria, supra identificada, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com 16 votos a favor (PS) e 3 votos contra (PSD) **deliberado, aprovar, a Prestação de Contas de 2024, Relatório de Gestão e demais documentos que a integram**, elaborados no âmbito do sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, documentos, estes, que fazem parte integrante do presente texto, e ficam arquivados na pasta anexa, ao livro de atas.-----

**O Presidente da Assembleia** dirigindo-se à Dra. Sara Luís, agradeceu a sua presença e colaboração, dispensando a sua presença, tendo em conta a viagem longa que ainda terá que fazer.-----

**C.2 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025:**-----

**O Presidente da Assembleia** deu início a este ponto da ordem de trabalhos e aludiu que as grandes opções do plano e orçamento é documento previsional e dinâmico e tal como o nome sugere é uma previsão do que o executivo pensa que irá ocorrer no ano a que se refere, sendo habitual, em função do dinamismo que lhe está subjacente, os executivos camarários procedam às alterações que julguem oportunas e adequadas no sentido de melhorar e maximizar a sua eficácia.-----

Sobre estas alterações orçamentais apresentadas nesta 2.ª Revisão pediu ao Presidente da Câmara o favor de os elucidar antes de dar a palavra aos senhores deputados municipais. -----

**O Presidente da Câmara** começou por referir que aqui está o exemplo do que falou há bocadinho. Tiveram a necessidade de ajustar o nosso orçamento para cima, porquê? Porque temos cerca de 4 projetos, CLDS 5G, PROVERE, a nossa PGU – Plataforma de Gestão Urbana e o programa municipal de Promoção do Sucesso Escolar, cujos contratos foram assinados após a aprovação do orçamento, o que significa que tivemos que colocar no orçamento 459 mil euros do CLDS, 407 mil euros do PROVERE, 116 mil euros do plano de sucesso escolar e 199 mil euros da PGU, tudo isto retirando as percentagens não comparticipadas pelo estado. No início desta sessão falou-se aqui na questão de um orçamento tão grande, este dinheiro foi aprovado, são candidaturas e não vai ser executado nem num mês, nem em 5 meses, nem num ano, é dinheiro que fica no orçamento para o próximo executivo, são projetos que vão ter continuidade, com certeza, porque são de todo o interesse e é trabalho feito agora mas com projeção para o futuro e é assim que temos que trabalhar, não vamos à procura de projetos financiados a 4 meses porque o mandato acaba daqui a 4 meses, nem teria qualquer lógica e se alguém o faz ou se alguém pensa que é essa a lógica está completamente errado ou errada. Portanto há aqui um aumento do nosso orçamento municipal de 30.9 milhões de euros para 31.4 milhões de euros. -----

Naturalmente que a aplicação desta verba teve aqui alguns pontos, tiramos uma área, tiramos de despesa de capital a extensão de saúde do Rosário em 57.500 euros porque estava sobredotada, tinha dinheiro a mais. Entretanto o projeto foi colocado, foi revisitado e foi aprovado em reunião de Câmara com menos este valor, tiramos este valor e de resto aplicamos as verbas como consta dessa 2.ª revisão ao orçamento, sendo que colocamos o dinheiro nas rubricas onde pensamos que poderá vir a ser necessário. Claro que tivemos de dotar as rubricas próprias de corrente e capital destes projetos

com o dinheiro que não tinham, logicamente o que sobrou espalhamos pelo orçamento, nas páginas 3 e 4 julga que está bastante esclarecido onde o dinheiro foi aplicado, as rubricas onde o dinheiro está disponível, naturalmente, isto é um orçamento e quando é necessário ajustar estamos cá para ajustar, como sabem nada de novo. Aquilo que é importante faz-se, quando é necessário colocar mais dinheiro vai-se buscar a rubrica onde há e ajusta-se a rubrica. Esperava a aprovação desta 2.ª Revisão ao nosso orçamento pelo simples facto de ter este 4 projetos significativos e que somam um montante bastante significativo que vem aumentar o nosso orçamento. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal por **unanimidade**, com 19 votos a favor (PS/PSD) deliberado, **aprovar a 2.ª Revisão** às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício Económico de 2025, **no valor de €476.913,00** (quatrocentos e setenta e seis mil e novecentos e treze euros), que visa a introdução de projetos cofinanciados ao Portugal 2030 e PRR em conformidade com o estabelecido no ponto 3 da NCP 26 do SNC-AP e do ponto 8.3.13 do POCAL, e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, documento este, que faz parte integrante do presente texto, e fica arquivado na pasta anexa, ao livro de atas. -----

### **C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL E ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS RELATIVOS À RESIALENTEJO, E.I.M.:** -----

O **Presidente da Assembleia** relativamente a este ponto solicitou ao Presidente da Câmara o favor de esclarecer em que consiste a proposta antes de dar a palavra aos Senhores deputados municipais.-----

O **Presidente da Câmara** começou por explicar que é uma proposta de aumento de capital social da nossa participação na RESIALENTEJO.-----

A RESIALENTEJO ao longo dos anos tem vindo a ter necessidade de aumentar o capital social para estar financeiramente estável em termos de mercados, agora chegou o momento em que pagamos, digamos assim, praticamente as dívidas da RESIALENTEJO, começamos agora a subir e precisamos de ajustar novamente os valores do capital social, a nossa prestação na RESIALENTEJO estava em 560 mil euros e neste momento vai passar para 628 mil. Com este aumento de capital social de 1 milhão de euros na RESIALENTEJO, dividido pelos 8 municípios que compõem a empresa, ou seja, vamos passar a ter 9.24% com este aumento de capital que é necessário para que a empresa tenha viabilidade económica e financeira junto da banca, junto dos fundos comunitários etc. -----

Houve concordância do conselho geral da RESI neste aumento de 1 milhão de euros e foi dividido por percentagem igual da participação dos municípios, a nós calha-nos este valor.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição da deputada Ana Guerreiro. -----

Tomou a palavra a **deputada Ana Guerreiro**, que quis saber como se chegou ao montante que temos de pagar, se é para todos os concelhos a mesma percentagem ou a percentagem é diferente por algum motivo. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer é uma boa pergunta.-----

Quando a RESIALENTEJO foi formada a Assembleia Geral decidiu uma percentagem de participação de cada município. A Almodôvar corresponde 9.6%, números redondos, Castro Verde também corresponde 9.6%, Beja quase 28%, números redondos,

Barrancos tem 5 ou 5.5% e isto tem a ver com a dimensão do município em relação aquilo que levam para a RESIALENTEJO. Foi umas contas feitas que foram sendo ajustadas e naturalmente esta percentagem tem-se mantido mais ou menos estável, com pequenos ajustes, aquilo que nós hoje fazemos na RESIALENTEJO. Portanto, estes 9.6% que é a nossa participação é o valor do milhão de euros que pagamos. A divisão é feita desta maneira: dos 100%, cada município tem uma percentagem e os dividendos são divididos nesta percentagem, mas as despesas também são divididas nesta percentagem. Acha que nunca houve dividendos, se houve desconhece, mas quando se trata de investimento o investimento é feito nesta percentagem que foi decidida no momento da criação da RESIALENTEJO, ou ainda antes da RESIALENTEJO e depois foi sendo ajustada e passado pouco tempo, pelo menos nos últimos 15 anos, talvez estes valores têm-se mantido. -----

Retomando a palavra a **deputada Ana Guerreiro** aclarou que a RESIALENTEJO tem aquela questão da avaliação anual de todos os concelhos e é por isso que estava a perguntar, se essa percentagem não teria a ver com a avaliação que é feita e que nós estávamos numa posição muito abaixo. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** explicou que não tem a ver com isto, tem a ver com aquilo que foi decidido inicialmente no conselho geral quando foi criada a AMALGA. Quando foi criada essa empresa definiram estes valores, depois houve pequenos ajustes, houve de facto ao longo dos anos necessidade de ajustar, Almodôvar já teve com 8%, o capital social varia, mas a percentagem agora é esta 9.5 /9.6%. -----

Não sabe bem se é 9.6, 9.7, 9.5, esta é a percentagem de investimento, quando há uma necessidade de aumentar o capital social ele é dividido por a percentagem que cada município tem na participação da empresa, mas houve alguns ajustes desde o momento da criação mas foram muito pequenos. Pensa que não foram nada significativos, nós começamos se calhar com 9.5% ou 9% e estamos com 9.7% não tem nada a ver com valorização com pontuações, isto ficou logo definido no Conselho Geral, está nas atas do Conselho Geral das primeiras reuniões ainda da AMALGA antes de passar para RESIALENTEJO. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta n.º 52/2025, tendo a Assembleia Municipal por **unanimidade**, com 19 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

**1.º - Aprovar a operação de aumento de capital social** da empresa RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M., por incorporação dos créditos de TGR cobrada em excesso aos municípios entre 2023 e 2025, no valor total limite de 1.000.000€ a realizar em 2025, na proporção das contribuições de TGR efetuadas por cada município nesse período; -----

**2.º - Aprovar a proposta de alteração ao Artigo 17.º dos Estatutos** da RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M., resultante da alteração às proporções de cada município; -----

**3.º - Aprovar** que seja assegurada a notificação à RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M. da deliberação que recaiu sobre a Proposta n.º 52/2025.

**C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DE ALMODÔVAR**: -----

O **Presidente da Assembleia** deu início a este ponto da ordem de trabalhos e antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara, lembrou que a Carta Educativa do Concelho de Almodôvar já mereceu os pareceres e pronúncia favoráveis do Conselho Municipal de Educação e do departamento governamental com competências na matéria. -----

Questionou o Presidente da Câmara se quer desde já prestar algum esclarecimento ou se reserva as suas explicações para as questões que os senhores deputados municipais eventualmente lhe queiram colocar.-----

**O Presidente da Câmara** disse que quer apenas lembrar, de uma maneira muito geral, que esta necessidade de ter esta Carta Educativa também advém um pouco daquilo que foi a transferência de competências das escolas, portanto da educação para a Câmara Municipal, porque antes não tínhamos Carta Educativa, eventualmente já tivemos e depois nunca foi necessário, ou não havia tanta necessidade, mas agora é mesmo necessária. Como o presidente da Assembleia disse, já passou pelas 3 ou 4 entidades, foi proposta pela Câmara Municipal, foi ao Conselho Municipal de Educação. Quem fez esta Carta Educativa foi uma empresa, foi uma universidade que é especializada nestas áreas. Apresentamos proposta, entretanto já esteve aprovada mas houve necessidade de ajustar por causa de algumas alterações que tivemos de fazer, isto tem a ver com segurança, condições de ensino, pedagogia, com o edificado, e havia situações que não estavam corretas e agora teve novamente que voltar este processo à Câmara Municipal, ao Conselho Municipal de Educação, à apreciação do Ministério da Educação, ou seja da DIGEST, órgão que gere a educação e tem que vir agora à Assembleia Municipal para a sua apreciação e aprovação definitiva. Depois é publicada e entra em vigor.-----

**O Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição do deputado Vítor Libânio. -----

Tomou a palavra o **deputado Vítor Libânio** que quis saber se houve participação de alguém das nossas escolas na discussão da Carta Educativa.-----

**O Presidente da Câmara** começou confirmar que sim, não pode precisar quem ou quantos, mas houve. Aliás, isto foi trabalhado em reuniões da empresa, da universidade do grupo que preparou. Quem preparou isto foi o ISCTE, estiveram cá e reuniram e estão habituados a fazer isto, juntaram através do seu departamento do centro de investigação e estudos de sociologia CIES prepararam este processo e cumpriram todas as normativas. Houve reuniões connosco, com as escolas, com a GNR por questões de segurança, houve uma panóplia de trabalhos feitos no sentido de ter este projeto o mais completo possível. A Carta Educativa no fundo é um regulamento do que é a educação no concelho, claro que não define que cursos é que faz, nem que pedagogia que dá, isso é definido pelo agrupamento escolas, mas define as condições, o que que nós temos para oferecer, o que que devíamos ter, qual é a estratégia futura do concelho, por aí fora.

Continuando, disse que o conselho municipal de educação é composto por diferentes membros que representam praticamente a comunidade, mesmo que o ISCTE não tenha feito alguma entrevista específica nalgum sítio.-----

Foi elaborado em conjunto com o Conselho Municipal e aprovado pelo mesmo, esse já é composto por membros diferentes da comunidade onde inclui naturalmente a escola.---

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)**

Acha que o Dário Guerreiro é o representante no Conselho Municipal de Educação das Juntas de Freguesia. Se precisar temos um despacho feito com os membros, caso tenha curiosidade em saber posso fazer chegar.-----

Não havendo mais pedidos para intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta n.º 48/2025, tendo a Assembleia Municipal por **unanimidade**, com 19 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**:-----

**1.º - Aprovar a Carta Educativa de Almodôvar**, a qual já mereceu parecer e pronúncia favoráveis do Conselho Municipal de Educação e do departamento

governamental com competência na matéria, em anexo à Proposta n.º 48/2025 e da qual faz parte integrante;-----

**2.º - Aprovar** que a Carta Educativa **seja remetida para divulgação e publicitação** nos canais institucionais do Município de Almodôvar. -----

**C.5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA SOCIAL (ANGES):**-----

O **Presidente da Assembleia** sobre este ponto solicitou ao Presidente da Câmara o favor de lhes explicar quais as razões que estiveram na base desta proposta de adesão a esta Associação, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais.-----

O **Presidente da Câmara** explicou que fomos contemplados com uma bandeira de mérito social através da Associação Nacional de Gerontologia, que se refere a algum trabalho feito no âmbito da percentagem que pagamos do Cartão do Idoso, da universidade senior, dos apoios domiciliários que damos, daquilo que são as atividades da CLDS e por aí fora. Fomos contemplados por isto com essa bandeira de mérito social em 2025. Não somos obrigados a associar-nos, mas achou por bem fazer esta proposta e os serviços de Ação Social fizeram-na e com mérito. Se pertencermos a esta Associação, se formos membros ativos desta Associação, temos algumas regalias, nomeadamente, a possibilidade de ter acesso a alguns financiamentos que a associação encontre para fins específicos da gerontologia, de ter a consultoria e apoio para integrarmos projetos de combate à solidão. Portanto, quando há projetos nacionais desta área a Câmara de Almodôvar pode participar e ter financiamento desses projetos. Depois podemos participar em encontros intergeracionais que esta associação promove, porque fazemos parte da mesma, podemos partilhar conhecimentos da universidade senior ou de seniores específicos do concelho com atividades ancestrais, por exemplo, com outros de outros concelhos. Há aqui uma panóplia de ações, uma rede, digamos assim, que pode ser muito útil para nós chamado "*a universidade da maturidade em Portugal*", o projeto chama-se assim e ao fazer parte desta Associação fazemos parte deste projeto. Quer salientar que esta adesão foi aprovada em Câmara Municipal, custa mil euros por ano, não é por aí além, mas se os deputados acharem que não vale a pena não nos traz desvantagens, também não nos traz muitas vantagens, temos acesso a alguma informação que de outra maneira poderíamos levar mais tempo a ter e há aqui a questão da partilha entre universidades seniores e entre profissões ancestrais que podem ser reativadas ou partilhadas com outros concelhos, de resto é só pertencermos a mais uma associação, mas está nas mãos dos senhores deputados autorizarem estes mil euros de despesa anual.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

Estando a Assembleia esclarecida e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta n.º 49/2025, tendo a Assembleia **por unanimidade**, com 19 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**:-----

**1.º - Aprovar, a adesão** do Município de Almodôvar à Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES), e a **aceitação dos respetivos Estatutos** que se constituem parte integrante da Proposta n.º 49/2025, bem como a **aprovação dos encargos plurianuais** que lhe estão associados; -----

**2.º - Aprovar o pagamento**, na qualidade de Associada, **da quota anual fixada** pela Assembleia Geral da Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES), para o ano de 2025 e seguintes;-----

**3.º - Determinar** que a Secção de Contabilidade solicite, anualmente à Assembleia Geral da Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES), a ata com a deliberação sobre a fixação do valor da quota ou confirmação da manutenção do valor fixado; -----

**4.º - Aprovar que o pagamento** apenas se processe após o envio da comunicação referida no ponto anterior da presente deliberação; -----

**5.º - Aprovar que se designe como representante** do Município de Almodôvar na Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES), o Senhor Presidente da Câmara Municipal, substituído nas suas ausências pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Manuela Jesus Guerreiro do Carmo.-----

**C.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DOS MUSEUS E ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS QUE SE ENCONTREM SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e questionou o Presidente da Câmara se pretendia desde já prestar algum esclarecimento sobre esta Proposta de Regulamento, ou se reservava os seus esclarecimentos para depois das questões que lhe possam ser colocadas pelos senhores deputados municipais.-----

O **Presidente da Câmara** começou por aclarar que é o Regulamento do funcionamento dos museus, havia necessidade de ajustar alguns horários e algumas regras e este regulamento vai permitir a definição de algumas regras para os nossos espaços museológicos, tendo em conta que o MESA foi recentemente requalificado, as Mesas do Castelinho foram também requalificadas há pouco tempo e outros espaços como o museu do Medronho que vai começar em obras em breve e que não têm regulamento, ou que não têm nenhuma indicação. Este regulamento permite desde já deixar aqui algumas definições que depois em reunião de Câmara podem reajustar ou redefinir, sem vir à Assembleia, nomeadamente, preços de acesso, horários, questões de funcionamento, melhorias, que peças podemos lá ter e por aí fora. É um regulamento bastante útil que estava em falta, não obstante existir documentos deste género, mas não estavam atualizados e no fundo o que é que estamos a fazer? É criar condições para definir as coleções, os horários, os valores que cobramos, quem está nos museus, enfim as condições de funcionamento dos mesmos sem necessidade de novos regulamentos, sendo que este contempla na maior parte as regras que podemos vir a aplicar ou a alterar para cada museu.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado as inscrições dos deputados Ana Guerreiro e Rui Cortes. -----

Dada a palavra à **deputada Ana Guerreiro** esta referiu que em termos dos museus acham importante existir um regulamento para funcionamento dos mesmos e que seja, naturalmente, adaptado a cada um dos museus em causa, para além disso, gostariam de saber em termos de funcionários como é que é o horário de funcionamento, se aos fins-de-semana os funcionários estão no museu, se há rotatividade ou não, quais são os horários previstos dentro daquilo que a Câmara está a planear, para além disso em termos de formação específica de museologia para os funcionários e se é feita atualização continuamente. -----

Utilizando a palavra o **deputado Rui Corte** disse o seguinte: -----

*A propósito do regulamento agora em apreço mencione-se a Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto, Lei-quadro dos Museus Portugueses. Esta define os princípios gerais na política museológica, estabelece o regime jurídico comum aos museus portugueses. -----*

*Nesse contexto os museus devem obedecer a um conjunto de requisitos a nível de estrutura orgânica e funcional. -----*

*Os Museus de Almodôvar têm de se adequar às diretrizes desta lei. -----*

*Neste âmbito, para obter uma credenciação da Rede Portuguesa de Museus refira-se que é preciso cumprir o conjunto de pressupostos definidos, entre os quais a existência de um regulamento interno, que congratulo-me por esta iniciativa porque vai permitir precisamente este enquadramento. -----*

*Assim, é de salutar este passo, na senda de assunção do cumprimento dos requisitos estipulados pela Lei-quadro dos Museus Portugueses.” -----*

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** aclarou que os museus estão abertos de terça a domingo e fecham ao público na segunda-feira e o horário geral é das 10:00 horas às 18:00 horas. Depois ajustam aos horários de verão e horário de inverno, alteram uma hora passa a ser das 09:00 horas às 19:00 horas, são uns ajustes, mas regra geral é este. O posto de turismo não fecha ao público, está todos os dias em funcionamento e fala aqui do posto de turismo que é o ponto de referência onde as pessoas questionam qual o museu que está aberto, para onde é que vão, etc., portanto é importante mencionar isto. Este regulamento vai permitir ajustar sem necessidade de vir à Assembleia os horários, bastando levar propostas a reunião de Câmara e permite-lhes fazer essa alteração quando houver necessidade de ajustar. -----

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)**

A formação o ano passado já tiveram alguns módulos, vão tentar implementar mais formação este ano, mas é uma área onde precisam de apostar mais. A formação do pessoal dos museus não está ainda como outros colegas têm em termos de formação, como é mais específica e não temos tido pessoal suficiente para fazer esta questão dos turnos para não fechar os museus. Vão começar a apostar no ano de 2025 mais nessa área que tem sido uma lacuna. Tem sido uma falta apesar de existir não com tanta intensidade para colmatar as necessidades. -----

Continuando, o **Presidente da Câmara** quis lembrar que o plano de formação da câmara municipal que foi presente a esta Assembleia, que inclui uma serie de ações formativas e há mais uma em relação à formação que se esqueceu de mencionar há bocadinho, que é a questão do SIADAP. O SIADAP agora passou a ser de avaliação anual e tem parametrizações, onde uma delas, o colaborador ou colaboradora escolhe a formação que quer, onde se sente mais debilitado ou debilitada e portanto, este ano de 2025 vamos ter mais formação específica, apesar de termos já muita em curso ainda vamos ter mais relacionada com aquilo que os colaboradores identificaram como sendo a sua necessidade e que faz parte das regras do SIADAP. Só para clarificar este ponto porque quem não está dentro do SIADAP pode não perceber esta necessidade que é obrigatoriedade da lei. -----

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)**

Tomou novamente a palavra o **deputado Rui Cortes**, que iniciou por dizer que efetivamente é uma área onde é preciso formação específica e a Câmara tem-lhes permitido fazê-la. Internamente está identificado pelos funcionários, também se inclui, como uma necessidade fazer mais formação, a Câmara tem-lhes permitido formação exterior sempre que têm pedido, inclusive têm-se deslocado a colóquios e outras formações em concreto com alguma regularidade. É preciso intensificar sem dúvida e têm feito também algumas formações informais. Enquanto alguém da área com formação em museologia tem feito muitas das formações informais continuamente e para formalizar isso já propôs várias vezes e está a aguardar resposta, parece-lhe que está por agendar mas será em breve, fazer formação formal porque tem formação para isso. Tem o curso de museologia e além de formação pedagógica, tem o CAP. -----

Para a formação que fazem regularmente deslocam-se fora, mas atendendo a isso podem fazer aqui. Parece-lhe que está a ser programado, pelo menos foi o que lhe foi dito, fazerem formação formal, que já deu inclusive para a Rede de Museus do Baixo

Alentejo, para todos os colaboradores das Câmaras Municipais do Baixo Alentejo, já deu formação em Beja e já deu noutros sítios, certamente poderá dá-lo aqui também, em casa, formalmente e não informalmente que é completamente diferente.-----

**O Presidente da Câmara** quis lembrar ao deputado Rui Cortes que a nossa Câmara é entidade formadora certificada, não há formações informais, cada formação que dão conta porque somos certificados.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 19 votos a favor (PS/PSD) **deliberado**:-----

**Aprovar a versão final do Projeto de Regulamento de funcionamento dos Museus e Espaços Museológicos que se encontrem sob a responsabilidade do Município de Almodôvar, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.**-----

**C.7 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE ALMODÔVAR:**-----

**O Presidente da Assembleia** disse que tal como no ponto anterior, solicita ao Presidente da Câmara o favor de esclarecer quais são as principais alterações ao Regulamento do Mercado Municipal, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais.-----

**O Presidente da Câmara** começou por referir que o Mercado Municipal de Almodôvar, como os mercados municipais do país inteiro, não fala lá fora porque desconhece se funcionam mal ou bem, passa por dificuldades. Está a passar por uma dificuldade que é o aparecimento das grandes superfícies onde as pessoas vão, compram de tudo e ficamos com o Mercado muitas vezes “às moscas”. Depois, quem vem vender não tem rendimento suficiente acabando por desistir, vem com peixe volta para casa com peixe, depois há os vendedores ambulantes que andam aí nas ruas e que vendem e as pessoas não se deslocam ao mercado porque sabem que o vendedor passa em determinado dia da semana. Precisam de dinamizar um bocadinho o mercado municipal e uma das ideias que surgiram para fazer isso, sem alterar o horário do mercado municipal, é permitir que lá dentro se tenham atividades ou se tenham negócios que puxem mais pessoas. Um deles, aquela loja de roupa que está lá no centro puxa muita gente, nem toda a gente que vai à roupa vai à fruta nem ao peixe mas há movimento e anima um bocadinho o mercado. Outra ideia que está aqui em causa ou que está em causa neste regulamento é permitir que exista esplanada dentro do próprio mercado municipal, algo que o regulamento não permite e que estão neste momento a tentar atualizar. Qual é a ideia? É que aquelas duas bancadas, quem entra no mercado pela porta principal, ao fundo do lado esquerdo, onde costuma ser a padaria que agora está sem utente e onde está outra padaria que tem lá uma pessoa a explorar, que esses dois espaços possam ter uma esplanada para servir um café, para servir uma água, uma bebida, aquilo que queiram dentro dos limites da lei e regulados por eles próprios. Eles próprios é que têm de cumprir as legalidades impostas em termos de higiene e segurança no estabelecimento e que possam ser utilizados como forma das pessoas irem ao mercado sentarem-se, tomar um café, comer um bolo, beber uma água, falarem um bocadinho e fazer as suas compras. Esta é uma ideia que surge para tentar, digamos assim, dar um bocadinho de mais vida ao mercado. Vamos ver se funciona, esperam que sim mas pelo menos podem tentar e ao fazer este tipo de alteração ao regulamento já permite a autorização desse espaço pela utilizadora que lá está ou por outros utilizadores que venham a utilizar a loja que agora está vazia. Praticamente a alteração ao regulamento é permitir isto, sendo que a Câmara continuará a decidir as atividades ou os produtos que se vendem em cada loja na reunião de Câmara.-----

Falta-lhe acrescentar que serão removidas as duas bancadas para existir espaço e será delimitado o espaço dessa eventual possível esplanada.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 19 votos a favor (PS/PSD) **deliberado**: -----

**Aprovar a versão final do Projeto de Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Almodôvar, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

**C.8 – CONHECIMENTO AO EXECUTIVO SOBRE RELATÓRIO FINAL DO ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE GOMES AIRES:**-----

O **Presidente da Assembleia** antes de pedir ao Presidente da Câmara que esclareça sobre os aspetos mais importantes e relevantes deste Relatório, recordou que foi um pedido foi feito pela bancada do PSD, julga que talvez na última sessão da Assembleia sobre se havia algum estudo de viabilidade económica relativamente a este projeto. -----

Usando a palavra, o **Presidente da Câmara** começou por referir que o estudo de viabilidade económica vulgarmente chamado EVEF permite-nos perceber até que ponto é que um projeto é viável, ao fim de quantos anos. Qual é a viabilidade do mesmo, qual é o investimento em causa. Neste caso, é uma obrigatoriedade do fundo comunitário, portanto é uma obrigatoriedade do 20/30 para a candidatura, é um dos pontos exigidos na candidatura é este estudo. Outro ponto exigido, e volta já ao estudo, é ter uma listagem de empresas que mostrem interesse, antes do projeto estar executado, e que perfaçam pelo menos 50% das intenções de ocupação do projeto. Nós temos neste momento cerca de 80% dos lotes com compromisso de irem para o loteamento, ou seja, se o loteamento estivesse disponível hoje temos 11 empresas que manifestaram cartas de interesse, uma delas com cerca de 6 mil metros para transporte e logística, uma empresa distribuidora de produtos farmacêuticos que tem interesse em vir para o concelho de Almodôvar e uma outra com cerca de 4 mil metros também tem interesse, uma outra com mais 5 mil metros que é um transporte de mercadorias e distribuição de produtos alimentares, mas já cumprimos este ponto, temos estas cartas de manifestação e o EVEF tem também esse interesse. -----

Para além da obrigatoriedade que já falou tem também interesse para nós próprios percebermos. Este EVEF baseia-se num custo de 6.4 milhões de euros para loteamento de Gomes Aires para 5.9 hectares de terreno numa base, num pressuposto de construção de 30 lotes, sendo que existem mais 4 lotes, um para serviço e mais 3 lotes para questões relacionadas com a Câmara Municipal e áreas de afetação, EDP etc. que faz parte da obrigatoriedade dos lotes. O projeto terá 85% de financiamento, números redondos, o EVEF identifica neste projeto, faz uma comparação entre os lotes da zona industrial de Almodôvar existente, em que dos lotes que nós temos, só dois, é que estão por ocupar, têm proprietários mas não têm construção, portanto há esta necessidade de dinamizar a economia local, e dizem isso muito bem, em que esta zona industrial de Almodôvar visa acima de tudo dotar a economia local de uma base produtiva mais ampla; incentivar, dinamizar e diversificar a economia e o empreendedorismo local acolher investimentos exteriores ao próprio concelho; reforçar excelência das acessibilidades que garantem utilização da 393, da A2, da saída de Gomes Aires juntinho, falam eles a cerca de 500 metros da área de acolhimento, não chega a 500 metros é um bocadinho menos, mas se tivermos em conta a volta que se dá é capaz, e da situação da proximidade do aeroporto de Faro, do porto de Sines, da cidade de Faro, da cidade de Portimão, da cidade de Vila Real de Santo António, com ligação ao Algarve e também da cidade de Beja. Enumeram estas como vantagens enormes para o nosso loteamento. Depois mencionam também que os nossos lotes estão entre os 248 metros2

e os 731 m<sup>2</sup>, portanto há lotes diversificados que permitem acomodar diferentes empresas com diferentes condições e que teremos assim uma maior capacidade com esta diversidade de tamanhos de acolherem empresas diversas, sendo que em nenhum dos casos recomendam que existam empresas poluidoras. Portanto a ideia é não ter empresas poluidoras porque estamos numa zona sensível junto a zonas natura2000, logo ali próximo, e assim implicaria aqui investimentos superiores em termos de ETARES antes que entre na rede normal. O ano de base de construção é o ano de 2025 com um período de referência de 15 anos para este estudo e com uma taxa de desconto de 3.45 em termos de falhas, acho que este 3.45 é uma normativa que têm em termos de economia, nunca percebeu muito bem isto, mas é a percentagem que eles têm de atualização de montantes de investimento, pode haver uma variação em relação aos valores que dão. Incrementam aqui os custos de substituição, falam do IVA, Prorata, do valor residual, vocês têm acesso e poderão estudar esta situação. Enumeram as diferentes partes do projeto neste estudo e basicamente propõe que os lotes não sejam vendidos acima de 12 euros por m<sup>2</sup>, sendo que o valor geral na região é de 8, portanto comparando Castro, Aljustrel, Mértola e Almodôvar o valor que eles identificam mais correto seria de 8, mas que não seja um valor que não atinja mais que 12 euros. Vendido a 12 euros o m<sup>2</sup>, que é o valor que eles colocam como indicado para a localização e para a valorização do espaço, significa que o loteamento teria um rendimento de 225 mil euros para um investimento de 6.4 milhões. Logicamente não é viável este investimento se não tiver fundos comunitários, daí a necessidade do EVEF para justificar precisamente que é necessário para dinamizar a economia local e regional e nacional que este custo venha. Fazem eles uma estimativa de custos operacionais de 2 milhões de euros em termos de ter um técnico superior e um empregado não qualificado para tomar conta do loteamento, para pequenas reparações, relvas, limpezas, etc. e a taxa TRF a taxa de rentabilidade financeira seria assim possível, sendo que eles afirmam que se houver um recurso à contribuição dos fundos europeus para cobrir o défice de financiamento e o défice de financiamento são 7 milhões e 400 mil euros nas contas do EVEF teremos capacidade para gerar rendimentos suficientes ao longo dos 15 anos para pagar o custo e tornar o projeto viável. De notar que eles dividem, há um custo da Câmara Municipal de 1 milhão 850 mil euros daquilo que é o não financiável, que dividido por 15 anos dá cerca de 123.3 mil euros por ano de custo da Câmara para manter este espaço até que nos 15 anos se torne viável, é um custo perfeitamente aceitável para a Câmara Municipal, não está fora da nossa capacidade de manter, portanto, significa que o projeto tem viabilidade financeira segundo o estudo que está aqui. Os senhores deputados têm o estudo, podem ler, é aquilo que resume, é o mais básico, de um não economista neste estudo que interessa basicamente apresentá-lo à CCDD como prova ou como evidencia do merecedor apoio dos 85% que espera, honestamente, que venham em breve.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição do deputado Vítor Libânio. -----

Dada a palavra ao **deputado** Vítor Libânio, este referiu que já tinha dito que não falavam mais neste loteamento empresarial, mas perante esta apresentação que o senhor Presidente fez, a bancada do PSD espera que tudo isso tenha sucesso para bem de Almodôvar. -----

O **Presidente da Câmara** quis dizer aos deputados do PSD, na pessoa do senhor Vítor, que só está a colocar o motor a funcionar, tem muita pena que não seja ele a inaugurar o espaço, mas o sucesso já não vai depender de si, está a fazer tudo para que ele tenha sucesso, dependerá do próximo executivo com certeza e espera que tenha sucesso. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que todos esperam isso, é o desejo de todos. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** do Relatório Final do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Airé. -----

**C.9 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que sobre este ponto da ordem de trabalhos, que é obrigatório em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, pergunta ao Presidente da Câmara se pretende desde já prestar algum esclarecimento, caso julgue oportuno, ou reserva os seus esclarecimentos para as questões que os senhores deputados lhe queiram colocar.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que nada tem a acrescentar sobre este ponto e fica à disposição para responder a eventuais questões. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

A **Assembleia Municipal tomou conhecimento** da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação. -----

**C.10 - CONHECIMENTO AO EXECUTIVO SOBRE A ENTRADA EM VIGOR DO REGULAMENTO INTERNO DE SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e perguntou ao Presidente da Câmara se pretende desde já prestar algum esclarecimento sobre este Regulamento Interno de Segurança, ou se reserva os seus esclarecimentos para depois das questões que eventualmente lhe possam ser colocadas pelos senhores deputados municipais. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que tem a ver com o regulamento que é a nova moda agora que é a segurança nos sistemas, onde delegou responsabilidades no Vereador João Pereira porque é ele que tem o pelouro da modernização administrativa, para que faça o necessário de modo que o nosso sistema informático esteja seguro e a nossa informação municipal não seja pública, aquela que não pode ser pública.-----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da entrada em vigor do Regulamento Interno de Segurança dos Sistemas de Informação. -----

**C.11 - CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que à semelhança do que tem sido habitual ao longo de todos os anos em que preside a esta Assembleia Municipal, na opinião da Mesa e em consonância com o que é referido no Relatório recebido da Câmara Municipal, no que concerne à Assembleia Municipal, durante o ano de 2024 tudo decorreu dentro da normalidade possível e desejável, no que se refere ao Cumprimento do Direito de Oposição, de acordo com o que está legalmente estabelecido no Estatuto que regulamenta esta matéria. Os deputados municipais do PSD com assento nesta Assembleia Municipal têm-se pronunciado sobre todas as matérias colocadas à discussão, intervêm sempre que o solicitam, é-lhes dada a palavra para uma segunda intervenção, ou às vezes até mais, sempre que requerida, nunca lhes foi cortada a palavra durante as suas intervenções, salvo algumas chamadas de atenção

para não entrarem em diálogo desde os seus lugares da bancada e falarem para o microfone por causa das gravações das atas, têm-lhes sido sempre facultadas todas as informações de interesse público e têm-lhes sido dada resposta a todos os pedidos de informação que solicitaram através da Mesa da Assembleia Municipal, pese embora alguns atrasos muito pontuais no envio de alguma documentação. Em suma, pode-se afirmar, na opinião da Mesa, que os deputados municipais da oposição têm gozado de todos os direitos inerentes ao que o seu Estatuto lhes confere, na mesma linha do que é referido no presente Relatório, no que concerne ao senhor Vereador do PSD. -----

Antes de passar a palavra aos Senhores Deputados, pergunta ao Presidente da Câmara se pretende desde já pronunciar-se sobre este assunto, ou se prefere fazê-lo em função das questões que eventualmente lhe possam ser colocadas pelos senhores deputados. -----

O **Presidente da Câmara** disse que faz suas as palavras do senhor Presidente, nada mais tem a acrescentar, fica disponível para responder a alguma questão colocada. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

A **Assembleia Municipal** apreciou o Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. -----

**C.13 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e referiu que igualmente sobre este ponto da ordem de trabalhos, tal como o ponto C.9. “Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos”, que é obrigatório em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, pergunta ao Presidente da Câmara se pretende desde já prestar algum esclarecimento, caso julgue oportuno, ou reserva os seus esclarecimentos para as questões que os senhores deputados lhe queiram colocar. -----

O **Presidente da Câmara** chamou a atenção para o mapa da situação financeira da Autarquia, no primeiro trimestre, acha que é importante que o verifiquem, onde existe uma percentagem de execução bastante acolhedora de 25.5% em 3 meses, o que é bastante bom, onde temos uma variação de despesa que projeta um ano bom para a Câmara, ou seja, com contenção, com investimentos que conseguiram fazer, mas na continuidade de uma melhoria da prestação de contas e onde existe a dívida a descer, novamente com 2 milhões, 063, portanto, 200 mil euros a menos nestes 3 meses e onde temos uma dívida de tesouraria de 121 mil euros de faturas correntes do mês, portanto nada significativo. Sendo que o equilíbrio orçamental está em 443 mil euros, o que também é um ponto positivo em termos de gestão das contas e das despesas e receitas da Câmara Municipal. -----

De qualquer dos modos em relação à atividade do município está ao dispor para qualquer questão que queiram colocar. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito o deputado Bernardo Delgado. -----

Dada de imediato a palavra ao **deputado Bernardo Delgado** este referiu que no ponto da ordem de trabalhos que aborda a atividade do município, uma expressão bastante lata, permitam-lhe que leia o seguinte: “*promover no quadro da autonomia do poder local a transmissão online de reuniões públicas dos órgãos das autarquias locais, das comunidades intermunicipais e das áreas metropolitanas de modo a incentivar o conhecimento das decisões municipais e intermunicipais*” -----

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, esta podia ser uma Moção do PSD nesta Assembleia, mas é, antes disso, o ponto 6.º da página 192 do programa eleitoral do Partido Socialista às eleições legislativas de 2025. Será que os eleitos do PS nesta assembleia se revêm no programa eleitoral? Não deveria o município liderado pelo Partido Socialista adotar medidas a este respeito tanto para as reuniões de Câmara como para as sessões da Assembleia?-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que se revêm em todos os programas políticos o que não significa que concordem com todos, revêm-se naquilo que é a componente política de uma ideologia que defendem, podem é não concordar com a situação porque nem sempre uma normativa ou uma ideia que sai em Lisboa se ajusta a todos os concelhos ou a todas as freguesias do país, isto é lógico.-----

Relativamente a isso a Câmara temo uma candidatura de modernização administrativa, que está a ser lançada, acha que já falou disso nesta sala, que inclui para esta sala uns monitores com câmaras e microfones direcionáveis, pensa que é assim que se chama, direcionáveis, em que quando alguém fala a câmara aponta e faz zoom e o microfone amplia a captação de som. Julga estar ainda em condições de estar isso instalado antes do fim do mandato e se isso acontecer caberá tanto nas reuniões de Câmara que vamos ter, como no seu gabinete, como nesta sala, com um equipamento que vai facilitar a vida à Carla, ao Daniel, a toda a gente, porque a gravação fica feita na íntegra, há microfones espalhados que gravam na íntegra, em que o único problema é quando fazemos reuniões fora desta sala, em que têm que instalar estes microfones porque eles aqui ficam instalados e lá não são. Portanto, isto para dizer que o cumprimento dessa normativa ou dessa ideia que é um programa para as legislativas que confessa gostava que durassem 4 anos, mas duvida que durem, é uma opinião própria, a Câmara terá a partir daí condições, de ter vídeos, de ter projeção de imagem, de ter cortes no momento, não sabe, dependerá do próximo executivo, tanto na Câmara Municipal como do próximo Órgão Deliberativo nesta sala, mas respondendo-lhe diretamente julga que reunirão condições para o fazer.-----

**(FALARAM DA BANCADA NÃO É PERCETÍVEL)**

Com este projeto ficam com mais condições e sem muitas chatices porque a gravação é automática, depois é só uma questão de difundir no dia seguinte, eventualmente, pensa que terá de ser feito retirando uma ou outra confusão que se crie para não gerar no público a ideia que isto é uma “palhaçada”, que é só discussões. Não queremos vir aqui discutir uns com os outros, queremos discutir ideias mas sem ofensas e às vezes elas surgem ou porque a pessoa teve um descuido, ou disse um palavrão sem querer e isso podemos fazer o corte e costura, e acho que deve ser feito, não tirar o conteúdo mas ajustar a linguagem e o comportamento à publicação. -----

Julga que em breve se reúnem condições, é a sua opinião, não sendo Presidente do Órgão Deliberativo, mas em termos de executivo sim, a resposta é sim, muito em breve.

A **Assembleia Municipal** apreciou a informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento. -----

**C.14 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: -----**

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 19 votos a favor (PS, PSD). -----

ATA N.º 27 DE 29 DE ABRIL DE 2025  
QUADRIÉNIO 2021-2025

Terminados todos os pontos da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** disse que lhe resta agradecer a presença de todos, desejar uma boa noite uma boa semana e se não for antes voltarão a ver-se, provavelmente, em São Barnabé.-----

Boa noite e uma boa semana-----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **zero horas e dez minutos**, do dia 30 de abril de 2025. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----